

MESTRADO EM HISTÓRIA E PATRIMÓNIO
[RAMO ARQUIVOS HISTÓRICOS]

**O Arquivo da Igreja Lusitana Católica
Apostólica Evangélica
O fundo do Conselho Português de Igrejas Cristãs**

Ilda Folgado

M

Ano 2025



Ilda Folgado

O Arquivo da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica O Fundo do Conselho Português de Igrejas Cristãs

Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em História e Património –
Ramo Arquivos Históricos, orientado pela Professora Doutora Maria Inês Ferreira de
Amorim Brandão da Silva e pela Professora Doutora Cândida Fernanda Antunes Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2025

A todos aqueles que me apoiaram!

Sumário

Declaração de honra.....	6
Agradecimentos.....	7
Resumo	8
Abstract	9
Índice de Figuras.....	10
Índice de Tabelas	11
Lista de abreviaturas e siglas.....	12
Introdução	13
1. O Protestantismo em Portugal	17
1.1.As origens da afirmação do Protestantismo em Portugal.....	17
1.2 . A fundação da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica nos finais do século XIX.....	23
2. O Conselho Português de Igrejas Cristãs	31
2.1.A Criação do Conselho Português de Igrejas Cristãs	31
2.2.O Funcionamento do Conselho Português de Igrejas Cristãs	32
3. A Organização dos Arquivos da Igreja Lusitana – iniciativas e modelos de análise ..	38
3.1.As primeiras descrições arquivísticas (a cooperação com o Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia).....	38
3.2.Enquadramento teórico-metodológico – uma proposta de aplicação do modelo sistémico	42
3.2.1.O modelo sistémico.....	43
3.2.2. O Método Quadripolar	45
3.2.3. A Aplicação do modelo sistémico ao arquivo do Conselho Português de Igrejas Cristãs	46
4. O Tratamento Arquivístico da documentação do Conselho Português de Igrejas Cristãs	54
4.1.A elaboração do recenseamento	54
4.2.O Inventário	55
Considerações Finais	57

Referências Bibliográficas.....	60
Apêndices	65
Apêndice 1	65
Apêndice 2	67
Apêndice 3 - Inventário	68

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto plágio constitui um ilícito académico.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (*chatbots* baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) do presente relatório, encontrando-se todas as interações (*prompts* e respostas) transcritas em anexo.

Porto, 30 setembro de 2025

Ilda Folgado

Agradecimentos

Realizar este relatório foi todo um caminho constituído por altos e baixos e acompanhado por muitas pessoas. No entanto, assumi um compromisso com a Igreja Lusitana que não me deixou desistir deste trabalho.

Primeiramente terei de agradecer às minhas orientadoras, a professora Doutora Fernanda Ribeiro e a professora Doutora Inês Amorim, pela compreensão e paciência que tiveram comigo, ao longo deste percurso. Ao doutor António Silva que sempre esteve pronto para me ajudar em todas as questões e não me deixou desistir. Ao Bispo José Jorge Tavares da Pina Cabral, pela autorização de poder aceder à documentação da memória da Igreja Lusitana e poder realizar o estágio curricular.

Ao longo desta caminhada, tive a oportunidade de conhecer pessoas que me auxiliaram, colegas da Faculdade de Letras do Porto e do trabalho profissional. Agradeço à minha família, que sempre me apoiou nas minhas decisões e me questionava, para me incentivar, quando finalizaria o relatório. Há muitas outras pessoas a quem gostaria de agradecer, mas a lista seria longa. Todas sabem que estão presentes.

Resumo

O Protestantismo teve o seu aparecimento durante o século XVI com a figura de Martinho Lutero (1483-1546) e com a oposição da Igreja Católica. Estas novas ideias chegaram tardiamente a Portugal, mas é na Madeira que surge um dos primeiros grupos religiosos, expandindo-se posteriormente para Portugal Continental, nomeadamente na zona do Porto e em Lisboa com a criação de grupos bíblicos e com a fundação de igrejas protestantes. Diogo Cassels (1844-1923, presbítero) é uma das principais figuras da criação da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica, durante o século XIX. Em 1956 a Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica, a Igreja Evangélica Metodista Portuguesa e a Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal fundaram a Comissão Inter-Eclesiástica Portuguesa (CIP) de forma a unir estas três igrejas e para se auxiliarem mutuamente em temas transversais. No entanto a ideia principal era a da criação de um conselho, que só ocorreu mais tarde, a 10 de junho de 1971, o Conselho Português de Igrejas Cristãs (COPIC), com a extinção da Comissão Inter-Eclesiástica Portuguesa e a fundação do Conselho Português de Igrejas Cristãs, que só teve os seus estatutos aprovados em 1976. O tratamento arquivístico do COPIC foi realizado, contribuindo para o conhecimento da sua ação. Identificou-se informação que comprova as relações internacionais do COPIC com o Conselho Mundial de Igreja, com o Conselho das Igrejas Protestantes dos Países Latinos da Europa, ECLOF, com a Commission Inter-Church Aid, Refugee and World Service (CICARWS) e relações nacionais com o Exército da Salvação e com a Igreja Evangélica Alemã. Assim, este relatório foca-se naquele acervo documental, contribuindo para a política definida pela Igreja Lusitana, no acesso à informação produzida pelos seus membros. É, assim, um contributo para enriquecer o Arquivo Histórico da Igreja Lusitana, uma ideia proveniente do século XX e que teve o seu desenvolvimento ao longos dos anos.

Palavras-chave: Igreja Lusitana; Conselho Português de Igrejas Cristãs; Protestantismo, Igreja do Torne-Gaia; Diogo Cassels.

Abstract

Protestantism emerged during the 16th century with Martin Luther (1483-1546) and opposition from the Catholic Church. These new ideas arrived late in Portugal, but it was in Madeira that one of the first religious groups emerged, later spreading to mainland Portugal, particularly in the Porto and Lisbon areas, with the creation of Bible study groups and the founding of Protestant churches. Diogo Cassels (1844-1923, presbyter) is one of the main figures in the creation of the Lusitanian Catholic Apostolic Evangelical Church during the 19th century. In 1956, the Lusitanian Catholic Apostolic Evangelical Church, the Portuguese Evangelical Methodist Church and the Evangelical Presbyterian Church of Portugal founded the Portuguese Inter-Ecclesiastical Commission (CIP) in order to unite these three churches and to assist each other on cross-cutting issues. However, the main idea was to create a council, which only happened later, on 10 June 1971, with the Portuguese Council of Christian Churches (COPIC), with the extinction of the Portuguese Inter-Ecclesiastical Commission and the foundation of the Portuguese Council of Christian Churches, whose statutes were only approved in 1976. The archival processing of COPIC was carried out, contributing to the knowledge of its activities. Information has been identified that proves COPIC's international relations with the World Council of Churches, the Council of Protestant Churches of Latin European Countries, ECLOF, the Inter-Church Aid, Refugee and World Service Commission (CICARWS) and national relations with the Salvation Army and the German Evangelical Church. This report therefore focuses on that collection of documents, contributing to the policy defined by the Lusitanian Church on access to information produced by its members. It thus enriches the Historical Archive of the Lusitanian Church, an idea that originated in the 20th century and has developed over the years.

Keywords: Lusitanian Church, Portuguese Council of Christian Churches; Protestantism; Torne-Gaia Church; Diogo Cassels

Índice de Figuras

FIGURA 1: ORGANOGRAMA DE 1971.....	47
FIGURA 2: ORGANOGRAMA DE 1976.....	48
FIGURA 3: ORGANOGRAMA DE 1980.....	49
FIGURA 4: ORGANOGRAMA DE 1988.....	51
FIGURA 5: ORGANOGRAMA DE 1994.....	51
FIGURA 6: ORGANOGRAMA DE 2002.....	53

Índice de Tabelas

TABELA 1- QUADRO DE CONTEXTO DA PRODUÇÃO DOCUMENTAL (EXEMPLO)	65
TABELA 2 - RECENSEAMENTO DO FUNDO DO COPIC (EXEMPLO)	67

Lista de abreviaturas e siglas

COPIC	CONSELHO PORTUGUÊS DE IGREJAS CRISTÃS
CIP	COMISSÃO INTER-ECLESIASTICA PORTUGUESA
ILCAE.....	IGREJA LUSITANA CATÓLICA APOSTÓLICA EVANGÉLICA
IEPP	IGREJA EVANGÉLICA PRESBITERIANA DE PORTUGAL
IEMP	IGREJA EVANGÉLICA METODISTA PORTUGUESA
SBBE	SOCIEDADE BÍBLICA BRITÂNICA E ESTRANGEIRA

Introdução

O presente relatório resulta de um percurso que se iniciou já no primeiro ano do curso de Mestrado em História e Património, ramo de Arquivos Históricos, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que permitiu a aquisição de competências teóricas e práticas em Arquivos. Foi no segundo ano que se realizou o estágio no Arquivo da Igreja Lusitana, que se encontra depositado na Igreja de Torne, na cidade de Vila Nova de Gaia, distrito do Porto. O estágio decorreu entre janeiro e maio de 2024, num total de quatrocentas horas.

O estágio teve como objeto de estudo o tratamento arquivístico da documentação do Conselho Português de Igrejas Cristãs (COPIC), criado em 1971. Devido ao facto de a documentação ter mudado de local diversas vezes, à medida que também mudava o presidente do COPIC, houve a decisão de concentrar todo o acervo num único local, tendo sido escolhida para o efeito a Igreja de Torne, em Vila Nova de Gaia. Era do interesse da Igreja Lusitana que a documentação fosse estudada, organizada e disponibilizada à consulta do público interessado, não só pela sua valorização e preservação, como pelo facto de não existirem muitos arquivos de Igrejas de outras confissões cristãs acessíveis ao público. Além do mais, a Igreja Lusitana tem desenvolvido a criação do Arquivo Histórico da Igreja Lusitana¹, disponibilizado o seu inventário na plataforma AtoM (*Access to Memory*), que integra documentação desde a primeira metade do século XIX, ligada à organização da Igreja, das suas paróquias e de outros organismos a ela associados.

O principal objetivo deste estágio foi a realização de um inventário da documentação acima indicada. Por isso, foi necessário, traçar outros objetivos específicos que suportam a elaboração do inventário, de acordo com um plano metodológico de compreensão das razões para a produção da informação relativa ao COPIC. Por um lado, fazer um estudo contextual que permitisse compreender em que circunstâncias a documentação foi produzida, por quem e qual o seu propósito. Nesse

¹ Arquivo da Igreja Lusitana. Disponível <https://arquivo.igreja-lusitana.org/index.php/> acesso 10 de fevereiro 2024.

sentido, foi realizada uma pesquisa sobre a origem da Igreja e da fundação do COPIC, para depois se proceder ao respetivo estudo orgânico-funcional, com vista a perceber o funcionamento da entidade produtora da documentação, trabalho que foi feito, em grande medida, com base na análise da própria documentação a inventariar, sobretudo as atas de reuniões existentes no arquivo. Por outro lado, e em simultâneo, um segundo objetivo foi o de proceder ao recenseamento da documentação, de modo a ter uma noção da sua tipologia, um primeiro balanço que possibilitasse a organização em possíveis séries. O último objetivo a cumprir foi o de identificar e descrever as séries documentais que permitissem a elaboração do inventário, usando a norma internacional de descrição arquivística ISAD(G) – *General International Standard Archival Description*.

Ao mesmo tempo que se realizaram as tarefas práticas do estágio (avaliação da arrumação e acondicionamento) procedeu-se a uma recolha exaustiva de títulos de natureza bibliográfica que abordassem a contextualização histórica (sobre a instalação do protestantismo em Portugal e a fundação da Igreja Lusitana), assim como sobre os conceitos em torno de sistema de informação e arquivística. Foram igualmente consultados alguns trabalhos académicos, nomeadamente relatórios realizados no âmbito do mestrado em História e Património.

O Arquivo Histórico da Igreja Lusitana é, efetivamente, detentor de um vasto acervo documental de grande importância para a história da Igreja e para a própria cidade de Vila Nova de Gaia, desde os finais do século XIX. Deparámo-nos com um universo documental muito mais vasto devido ao esforço da Igreja Lusitana em reunir documentação proveniente das paróquias que constituem a organização diocesana, de Lisboa ao Porto. Por isso, em 2016, iniciaram um processo de cooperação com o Município de Vila Nova de Gaia, através do seu arquivo municipal, o Arquivo Sophia Mello Breyner, com o intuito de promover e preservar essa documentação, iniciando-se o seu estudo e depois a sua digitalização².

² Arquivo Sophia de Mello Breyner. Fundo Igreja Lusitana, Católica, Apostólica, Evangélica. Disponível <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=285388&type=PCD>, acesso 26 de setembro

A documentação definida no âmbito do estágio, e objeto de análise, é, sobretudo, de natureza administrativa, produzida pelos vários órgãos que constituíam o COPIC, entre os quais o Colégio da Presidência, a Direção, o Conselho Fiscal, a Assembleia Geral, os seus secretariados e as suas várias comissões, etc. Durante o estágio, para além do recenseamento da documentação do COPIC, também foi realizado um registo, ainda que incompleto, dos livros que pertencem à biblioteca da instituição que poderão vir a completar a série disponível no arquivo Municipal, sejam os produzidos pela Igreja Lusitana quer os pertencentes a membros daquela Igreja.

O relatório reflete o trabalho desenvolvido e os objetivos definidos, quer o contexto histórico quer o tratamento do espólio referido. Assim, encontra-se dividido em quatro capítulos, sendo os dois primeiros de natureza contextual e os dois últimos relativos à organização arquivística. Uma breve súmula pode dar nota dos conteúdos.

O *Capítulo 1 - O Protestantismo em Portugal* está dividido em dois pontos. No primeiro, “1.1 - As origens da afirmação do Protestantismo em Portugal” descrevemos a instalação tardia do protestantismo a Portugal, a sua organização, as figuras mais relevantes que explicam a sua expansão pelo País e os métodos de enraizamento na sociedade utilizados, apresentando algumas das primeiras congregações. No ponto seguinte, “1.2 - A fundação da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica nos finais do século XIX” dá-se um maior foco à formação e percurso das personalidades que se relacionam com esta mesma igreja, desde os inícios até aos nossos dias.

No *Capítulo 2- O Conselho Português de Igrejas Cristãs* aborda-se primeiramente, no ponto “2.1 – A Criação do Conselho Português de Igrejas Cristãs”, começando por referir a fundação da Comissão Inter-Eclesiástica Portuguesa em 1956, a sua extinção e substituição pelo Conselho Português de Igrejas Cristãs, em 1971, mencionando a cooperação entre a Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica, a Igreja Evangélica Metodista Portuguesa e a Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal. Já no segundo ponto, “2.2 – O Funcionamento do Conselho Português de Igrejas Cristãs”, explicita-se como era constituído o Conselho, os seus órgãos, os secretariados e as relações que mantinham com as outras instituições religiosas nacionais e internacionais.

O *Capítulo 3 – A Organização dos Arquivos da Igreja Lusitana – iniciativas e modelos de análise*, também foi dividido em dois pontos. Logo no primeiro, “3.1 – As primeiras descrições arquivísticas (a cooperação com o Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia)”, evidenciam-se as relações de colaboração entre a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, o Arquivo Sophia Mello Breyner e o Arquivo Histórico da Igreja Lusitana, na preservação do acervo documental. De seguida, no ponto “3.2 – Enquadramento teórico-metodológico – uma proposta de aplicação do modelo sistémico” dá-se uma justificação para adoção do modelo sistémico de organização da informação e para proceder à construção dos organogramas dos vários órgãos que constituíam o COPIC desde 1971 até 2002, ano da publicação dos últimos estatutos.

Por último, no *Capítulo 4 – O Tratamento Arquivístico da documentação do Conselho Português de Igrejas Cristãs*, abordam-se as questões mais técnicas e de conhecimento aplicado, abordadas e resolvidas ao longo do estágio. Numa primeira parte, no ponto “4.1 - A elaboração do recenseamento”, explica-se como foi executado o recenseamento e o método usado. No ponto “4.2 – O Inventário”, referem-se os processos de realização do inventário, de forma a identificar as séries documentais elaboradas, de acordo com os organogramas definidos.

1. O Protestantismo em Portugal

Este capítulo procura traçar, muito brevemente, o contexto em que surge a instituição que é objeto deste relatório. Embora esta instituição tenha sido criada no século XX, ela está ligada ao processo de organização da Igreja Protestante, e à sua afirmação e disseminação pelo território português que remontam, em especial, ao século XIX.

1.1. As origens da afirmação do Protestantismo em Portugal

O protestantismo, como “atitude religiosa no interior do cristianismo” (Santos, 2000, pág. 75), teve o seu aparecimento durante o século XVI, no quadro da reforma religiosa que, com a figura de Martinho Lutero (1483-1546) e com a publicação das 95 Teses que foram afixadas na porta da igreja de Wittenburg, na Alemanha, contra o pagamento das indulgências, colocaram em causa os “canais sacramentais e litúrgicos administrados por uma hierarquia sacerdotal com meios únicos ou privilegiados de comunicação dos fiéis como Deus e acesso à Graça e Salvação.” (Santos, 2000, p.75). De alguma forma, significou a oposição à Igreja Cristã dominante (Católica) e a afirmação da espiritualização da fé, que desvaloriza não só os canais oficiais, mas também o papel do clero (Santos, 2000, p. 75).

Existiram outras variáveis na formulação do protestantismo, como as de João Calvino (1509-1564), que começou por seguir Lutero, que acabaram por revalorizar a Igreja, visível através da ação dos seus pastores/clérigos, dando importância à disciplina no seu interior e à sua institucionalização (Santos, 2000, p. 76).

Todo este processo foi muito mais complexo, à medida que surgiram novas Igrejas Institucionais Nacionais. Seguidores de Lutero e Calvino deram corpo a igrejas locais (igrejas Luteranas alemãs e pela Escandinávia, igrejas Calvinistas pela França, algumas partes da Alemanha, Países Baixos e Grã-Bretanha) (Santos, 2000, p. 76).

Globalmente, assiste-se a uma coexistência de um modelo “congregacional (isto é, de comunidades religiosas locais com grande autonomia) [que] foi a prevalecente, a partir da qual se constituíram as Igrejas chamadas reformadas”, havendo o exemplo de

ruptura com Roma, como é o caso da Inglaterra (Santos, 2000, p. 76). Na senda de uma procura da salvação através da Bíblia, dos sacramentos, ou de outras formas de relacionamento mais ou menos direto com Deus, dispensando ou dando algum papel aos pastores, foram surgindo novos grupos de organização congregacionista, como os Baptistas, os Quakers e os metodistas no século XVIII (Santos, 2000, p. 77). Estes últimos abriram, sobretudo, a possibilidade de afirmação de uma diversidade de decisões e a multiplicação de grupos. Sublinhe-se o surgimento de caminhos divergentes em torno da figura e função de Cristo, como os Adventistas do Sétimo Dia (a Segunda Vinda, preservando a conceção trinitária, mas na linha do protestantismo clássico), as Testemunhas de Jeová, que negam a relação intrínseca de Cristo na divindade do Pai; a Igreja de Jesus Cristo dos Santos Último Dias, que acrescentou às Escrituras um novo livro (Livro de Mórmon). Contudo, estes dois últimos movimentos, em geral não são aceites pelos restantes grupos como sendo parte do quadro mais alargado de movimentos protestantes (Santos, 2000, p. 77).

Nos inícios do século XX, surgem outros movimentos, entre os quais o Pentecostalismo, que sublinha a renovação espiritual a partir de experiências de teor emocional, com um valor acrescido dado ao batismo pelo Espírito Santo e a Fé na cura divina, à imagem dos relatos do Novo Testamento, aspeto que nem sempre foi aceite por outras correntes protestantes (Santos, 2000, p.77).

Estas novas perspetivas religiosas chegaram tarde a Portugal, no século XIX. Era possível observar uma presença insignificante destas novas ideias, no século XVI, em Portugal, um país com a presença de uma forte tradição Católica. Durante muito tempo, os seguidores desta vertente só poderiam professar a sua fé fora do território nacional, tal como ocorreu com Joaquim Ferreira de Almeida (1628-1691) que, seguindo as ideias calvinistas, teve de exilar-se para as Índias Orientais Holandesas (atual Indonésia) (Santos, 2000, p. 77). Aí, teve a possibilidade de professar a sua fé de forma livre, sendo “considerado um verdadeiro pioneiro protestante, embora de um modo peculiar já que desenvolveu a sua ação literária e catedrática fora de Portugal” (Santos, 2002, p. 447).

Uma das principais obras de Joaquim Ferreira de Almeida foi a tradução para o português do Novo Testamento, tendo falecido após iniciar a tradução do Antigo

Testamento, embora não tivesse concluído este projeto, e “assinou a primeira tradução portuguesa de um texto doutrinal protestante, a Diferença da Cristandade da Igreja Reformada e Romana (1668), revista e aumentada em 1673” (Santos, 2002, p. 447).

Grande parte da presença do protestantismo em Portugal, no século XVI, era originada pela chegada de comerciante e diplomatas de origem estrangeira, podendo-se observar a sua afirmação através da iniciativa de construção de capelas e cemitérios. Durante o século XIX, nota-se um crescimento destas novas ideias protestantes, principalmente devido à chegada de militares de origem britânica que ajudaram Portugal na Guerra Peninsular entre 1807-1814 (Santos, 2002, p. 448). “E foram os Britânicos, mesmo a partir das suas capelanias em Portugal, quem desenvolveu forma de proselitismo, ao contrário da comunidade luterana alemã, que sempre manteve uma atitude de não interferência” (Santos, 2002, p. 448). Porém, estas ideias protestantes continuavam a não ter um grande impacto na sociedade portuguesa, face à tradicional e forte implantação e controlo da esfera Católica no país, em grande parte derivado do seu não reconhecimento pela Constituição de 1822, na qual era mencionado que a religião (oficial) dos portugueses era o catolicismo e que os estrangeiros apenas poderiam professar a sua fé em privado. Na Carta Constitucional de 1826, esta ideia manteve-se, acrescentando que os seus locais de culto deveriam ser de carácter privado. Porém, não parece terem ocorrido muitos obstáculos à circulação de Bíblias. Com efeito, a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (SBBE), fundada no ano 1804 e, mais tarde, a Sociedade Trinitária, com a presença dos militares britânicos, conseguiram disseminar a entrega da Bíblia em português, sendo que a SBBE “publicou a sua primeira edição popular e corrigida da versão de Almeida do Novo Testamento e em 1809, na ilha da Madeira (ocupada pelos Britânicos), o agente local da sociedade fez a primeira distribuição de 20 000 exemplares dessa edição”(Santos, 2002, p. 448).

É na Madeira que se inicia um dos primeiros grupos religiosos que seguiam a prática e religião, vertente do protestantismo, tendo sido criado pelo pastor presbiteriano Robert Reid Kalley (1809-1888), e que criou um numeroso grupo de fiéis, “juntou a uma actividade filantrópica bem recebida uma discreta evangelização baseada na alfabetização e leitura da Bíblia” (Santos, 2000, p.78). O que acabou por despertar as

autoridades locais e eclesiásticas foi a fundação, em 1845, da Igreja Presbiteriana Portuguesa, que terminou um ano depois com a expulsão deste primeiro grupo de protestantes do território nacional. Kalley foi estabelecer-se no Brasil, enquanto outros foram para os Estados Unidos da América.

O protestantismo só conseguiu começar a prosperar após a estabilização do regime liberal vigente em Portugal (Santos, 2002, p. 450). Esta forte perseguição contra o Kalley, poderia estar já relacionada com o facto de Kalley pertencer a uma Igreja dissidente do presbiterianismo oficial escocês, sem apoio dos próprios congéneres. Com efeito, existiu maior tolerância em Lisboa, pela capela lisboeta de Vicente Gómez y Togar, na mesma época, como se verá abaixo. Ou seja, parece confirmar-se que as autoridades estavam dispostas e capazes de aceitar um grupo diferenciado numa área mais sujeita ao seu controlo, Lisboa, e menos no da Madeira, mais distante do continente, sob um menor controlo político, administrativo e militar como era a capital (Santos, 2002, p. 451).

Na verdade, o grupo criado por Kalley não foi o único que se organizou no território português, pois nessa mesma altura, em Lisboa, o cónego Vicente Gómez y Togar (c.1808?-1874), que, durante o seu tempo passado em Gibraltar, aderiu a comunidade anglicana e fundou a Capela da Promulgação do Santo Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, em 1839, que funcionou até 1870, passando certidões de batismo e casamentos, sinal do seu reconhecimento e enraizamento (Santos, 2002, p. 451).

A afirmação que acima fizemos de o protestantismo só conseguir começar a prosperar após a estabilidade do regime liberal vigente em Portugal prende-se com o facto de, durante este tempo, terem-se formado vários grupos bíblicos de carácter privado, realizando as suas reuniões dentro das suas casas, mantendo formas de culto doméstico, mesmo após o encerramento daquela igreja e alguma tolerância em Lisboa (Santos, 2002, pág. 451): “A iniciativa pertenceu aos capelães anglicano e presbiteriano de Lisboa Thomas Godfrey Pembroke (1837-1902) e Robert Stewart (n.1818) e, em Vila Nova de Gaia, ao industrial de origem inglesa Diogo Cassels (1844-1923)”. (Santos, 2000, pág. 78). Havia ainda outro grupo bíblico em Lisboa, em torno de Helena Roughtan

(1802-1883), que, ao lado da rede de Diogo Cassels, constituíram os dois círculos mais importantes do país (Santos, 2002, p. 452).

Os membros do grupo da Helena Roughtan “estavam interessados nas ideias dos chamados irmãos de Plymouth (protestantes seguidores da doutrina de John Darby, também chamados darbistas, que recusavam qualquer ritualismo na vivência da fé, a ordenação de ministros e uma sujeição das congregações locais a uma organização eclesiástica hierárquica)” (Santos, 2002, p. 452). Por isso, este grupo afastava-se das ideias defendidas pelos anglicanos e presbiterianismo.

Acabam por existir duas correntes em Portugal, uma de carácter sinodal e outra avessa à hierarquização eclesiástica. Da primeira faziam parte as capelas de Gómez y Togar e a de Angel Herreros Mora, que fundou, em 1867, a Igreja Evangélica Espanhola e o grupo de oração comandado por Robert Stewart. Da segunda corrente fazia parte o grupo da Helena Roughtan. Contudo, como referido anteriormente, havia um grupo formado em Vila Nova de Gaia, associado a Diogo Cassels, que seguia a vertente sinodal. (Santos, 2002, pág. 452). Concretamente, acabaram por, então, formar-se três comunidades, a “episcopaliana (em torno de Pope, [de que falaremos abaixo]), presbiteriana (em torno de Stewart) e metodista (em torno de Cassels)” (Santos, 2000, p. 78).

Contudo, uma análise mais fina, que é sintetizada por Rita Mendonça Leite, aponta para quatro núcleos: “na década de setenta existiam quatro núcleos que representavam as orientações fundamentais do protestantismo em Portugal: a tendência congregacionalista, em torno de Helena Roughton, a comunidade episcopaliana, ligada a Thomas Pope, a comunidade presbiteriana, em torno de Robert Stewart, e a metodista, ligada aos Irmãos Cassels e depois a Robert Moreton” (Leite, 2009, p.133). A articulação entre si é sinal da existência de uma “pluralização de opções no interior do mesmo protestantismo” (Leite, 2009, p. 135). Os episcopalianos foram os primeiros a organizarem-se formalmente numa igreja nacional, em 1880 (Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica – ILCAE), menos dependente da ajuda anglicana, porque teve maiores meios de subsistência depois da adesão dos dois irmãos metodistas, industriais Diogo e André Cassels (1880 e 1890), que subsidiaram a fundação e o

desenvolvimento das congregações metodistas de Vila Nova de Gaia e do Porto, como se verá (Santos, 2000, p. 70).

Efetivamente, uma das principais figuras da criação da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica foi Diogo Cassels, nascido no Porto em 1844, sob o nome de James Cassels e “tendo adoptado o de Diogo em tudo que dissesse respeito a Portugal e aos Portugueses” (Peixoto, 2018, p. 13). Recebeu uma educação evangélica, tendo voltado para Inglaterra. Aos 14 anos regressou a Portugal para ajudar o seu pai na fábrica de estampanaria que se localizava em Vila Nova de Gaia. Em 1866 iniciou um grupo bíblico com os trabalhadores da fábrica de seu pai e com as suas famílias. Em 1867, Diogo Cassels foi acusado de ofensas contra a Igreja Católica e condenado a seis anos de deportação, terminando por ser absolvido. Durante este período, fundou a escola e a capela de Torne, em Vila Nova de Gaia, que foi inaugurada em 1868. Juntou-se à Sociedade Metodista Wesleyana de Londres, que lhe enviou o ministro e missionário Robert Hawkey Moreton, tendo sido criada a primeira Igreja Metodista, cujo culto decorria na capela de Torne, em Vila Nova de Gaia e na Igreja Metodista do Mirante, no Porto (Peixoto, 2018, p. 13 e 14; Silva, 2020, p. 10 e 11).

Porém a parceria entre Robert Moreton e Diogo Cassels parecia estar fadada ao fracasso. A “diversidade de temperamento com pontos de vista diferentes sobre a estratégia de evangelização, ou ainda o facto de terem percorrido antes experiências religiosas e sociais distintas, predestinavam a incompatibilização que não tardaria a ocorrer” (Peixoto, 2018, p. 31). Diogo Cassels, não aceitava as ideias provenientes do Concílio de Trento, nem do Concílio do Vaticano I, mas também do protestantismo, que, no “seu cortejo de propaganda anti-católica” (Peixoto, 2001, p. 143), não lhe agradava. Para ele, o objetivo principal era criar uma Igreja que pudesse trazer as ideias do Velho Catolicismo, mas que se mantivesse afastada e independente do Vaticano, e construir “uma igreja evangélica verdadeiramente nacional, sem enquistamento a hierarquias ou a ditames exteriores” (Peixoto, 2018, p. 31).

Por isso, Diogo Cassels e Robert Moreton acabaram por seguir caminhos diferentes, fazendo com que Cassels se desvinculasse do metodismo e a Igreja de Torne passasse a pertencer, em 1880, à Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica,

enquanto a Igreja do Mirante continuou a funcionar com o ideal metodista, embora tenha sido criado por Cassels, assim como foi a Igreja do Redentor (no Porto) e a Igreja e Escola do Prado, em Gaia, ambas construídas, em grande parte, à sua custa. E será em 1884 que Diogo Cassels é ordenado Diácono, na Capela Evangélica de Gaia e Presbítero oito anos mais tarde (Peixoto, 2001, p. 134).

1.2. A fundação da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica nos finais do século XIX

Vários fatores contribuíram para fundação da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica. Por um lado, um ambiente político mais propício e tolerante, por outro lado, a reação contestária ao ambiente criado pelo Concílio Vaticano I (1869-1870), que ocorreu durante o pontificado de Pio IX. Neste concílio foram acentuadas as questões sobre o “princípio hierárquico, a clericalização, a autoridade docente e o governo centrado na pessoa do Papa” (Santos, 1996-1997, p. 300). Princípio não aceite por muitos eclesiásticos que acabaram por sair da Igreja Católica, juntando-se a outras congregações.

Um grande número de eclesiásticos juntou-se à congregação criada por Angel Herreros de Mora (1815-1876), um padre espanhol que se fixou na capital do país em 1867 e que realizou inúmeras reuniões promotoras do envolvimento de várias individualidades. Anos mais tarde, inaugurou a Igreja Evangélica Episcopal “conseguindo que em 1870 as autoridades reconhecessem a congregação como Igreja Evangélica Espanhola.” (Silva, 2020, p. 8). Vários presbíteros, que apoiavam e seguiam Angel Herreros de Mora, elegeram-no como seu Bispo, antes de falecer em 1876 (Santos, 2002, p. 453).

Com o falecimento de Angel Herreros de Mora, António Ribeiro de Melo e Henrique Ribeiro Ferreira de Albuquerque permaneceram como os responsáveis pela congregação da Igreja Evangélica Espanhola. Outros presbíteros, que pertenceram a esta mesma congregação, criaram outras congregações episcopalianas que tiveram como principal apoiante Thomas Godfrey Pembroke Pope (1837-1902), um capelão anglicano que pertencia à comunidade britânica que se instalara em Lisboa. João

Joaquim de Costa Almeida criou a congregação da Santíssima Trindade, em Rio de Moura, Sintra (1876), o Reverendo Manuel António Pereira Júnior fundou a congregação de São Paulo, em Lisboa (1876) e, na mesma cidade, José Nunes Chaves inaugurou a Igreja de Jesus (na rua de S. Marçal) em janeiro de 1877. Todas estas igrejas eram responsáveis por uma escola primária (Silva, 2020, p. 12; Santos, 2002, p. 453).

Estas Igrejas regularizaram o registo dos seus fiéis, tendo em consideração a normalização do Registo Civil em 1878, dado que “Tendo agora o Governo concedido aos que não pertencem à religião do estado o registo civil dos seus nascimentos, casamentos e óbitos”, então passariam os respetivos congregados a ser registados nas respetivas Igrejas (Santos, 2002, pág.453). Estas regras foram essenciais para dar corpo e visibilidade às congregações. Contudo, em 1879, as três congregações, criadas pelos antigos seguidores de Herreros de Mora, escreveram um relatório sobre as atividades que tinham realizado no ano anterior, decidindo assim criar uma nova igreja, a Igreja Episcopal Reformada em Portugal “o nosso desejo é (,,,) fundar uma igreja que seja portuguesa, episcopal, católica, primitiva e evangélica, que, tomando mais tarde a sua posição nacional e independente, mantenha a harmonia e a união fraternal com as outras igrejas episcopais reformadas em todo o mundo”. (Silva, 2020, p. 12)

Esta nova igreja declarava aceitar as Escrituras Canónicas do Antigo e Novo Testamentos, mantinha as três ordens do Ministério, ou seja, bispos, presbíteros e diáconos, assim como os 39 Artigos da Fé (que definem a posição doutrinária em comparação ao Catolicismo romano, Calvinismo e Anabatismo), assim como *O livro da Oração Comum*, e *da Administração dos Sacramentos*, outros ritos e cerimónias da Igreja e a forma de ordenar e consagrar bispos, presbíteros e diáconos (Santos, 1996-1997, p. 309; Vidal, 2023, p. 73). Com a união destas três congregações, havia como principal objetivo a criação de uma igreja que tivesse características nacionais, mas continuando a ter relações com as restantes igrejas episcopais, tendo Thomas Pope tomado o lugar de liderança (Santos, 1996-1997, p. 319). Sendo uma igreja que seguia os princípios anglicanos, uma das primeiras decisões foi o pedido da consagração de um bispo português, mas “o problema vinha das dúvidas que se levantaram dentro da Igreja da Irlanda sobre se os seus Bispos deveriam consagrar outros sem ampla e formal consulta

dos Bispos da Comunhão Anglicana” (Santos, 1996-1997, p. 319-320). Esta decisão iria ser tomada durante a Conferência de Lambeth, um encontro entre bispos anglicanos que se reúnem de 10 em 10 anos, desde 1867, data da sua primeira reunião.

Em 1878 enviaram um representante à Comunhão Anglicana, porém só em 1880 é que chegou a Portugal o Bispo Henry Chancey Riley. Ele foi presbítero na Igreja Episcopal dos Estados Unidos da América e depois reconhecido como primeiro bispo da Igreja Evangélica Mexicana de Jesus, em 1879 (Santos, 1996-1997, p. 311) Por isso, a reunião Sinodal de 1880 da Igreja Episcopal Reformada de Portugal teve como principais presenças os padres Costa Almeida, Nunes Chaves e o reverendo Cândido Joaquim de Sousa, que veio em substituição do reverendo Pereira Júnior, em representação da congregação de São Paulo, e ainda foram eleitos três leigos que pertenciam a cada uma destas congregações, para além da presença do Bispo Henry Chancey Riley (Silva, 2020, p.13; Santos, 1996-1997, p. 311).

Durante esta reunião sinodal, o “superintendente T.G.P.Pope cedeu o seu lugar na presidência da assembleia geral representativa, sem direito de voto, ao Bispo H.C.Riley, ficando assim garantida a legitimidade episcopal no acto fundador da nova Igreja” (Santos, 1996-1997, p. 312). Foi também aprovado um regulamento interno e adotados 31 artigos dos 39 artigos de Fé da Igreja Anglicana. Também se deu a instituição do Sínodo Diocesano e da Comissão Permanente Diocesana, cujos membros detinham funções idênticas na comissão. Decidiu-se que iria reunir-se com uma frequência maior e que os seus membros iriam pertencer ao Sínodo Geral. Nesta mesma reunião do Sínodo Geral, foi pedido ao Bispo Henry Chauncey Riley que integrasse o Conselho de Bispos da Igreja Lusitana e que ainda pudesse representar a Igreja Lusitana sempre que houvesse algum encontro entre igrejas de Comunhão Anglicana. Além do mais, houve a criação da Comissão Permanente Geral cujos membros pertenceriam ao Sínodo Geral e tinham como missão convidar membros que viessem a pertencer à Igreja Lusitana (Santos, 1996-1997, p. 312-313). Por isso, de acordo com o relatório de 5 de abril do ano da sua fundação, a Igreja Lusitana Evangélica convidava, como acima se diz, as congregações evangélicas portuguesas a ligarem-se, enviando os seus representantes ao Sínodo Diocesano (Moreira, 1949, p. 26).

Ainda em 1880, a Comissão Permanente Diocesana recebeu o pedido de adesão da Igreja Evangélica Espanhola. Esta não integrou, de imediato, a Igreja Lusitana, tendo continuado a relacionar-se com a Igreja Episcopal dos Estados Unidos da América e acabou por ter o seu nome alterado para Igreja de São Pedro, assim como se deu a sua adesão à Igreja de Torne, em Vila Nova de Gaia, sob a tutela de Diogo Cassels (Silva, 2020, p. 13), que, como foi referido anteriormente, começou por ser uma congregação metodista.

A Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica, que tomou corpo em 1880, recebeu este nome por razões que se podem sintetizar: Lusitana, porque “a nova comunidade pretendia restaurar o Cristianismo da antiga Lusitânia e que, por outro lado, desejava ser uma igreja nacional, isto é, governada por um sínodo constituído por delegados de todas as congregações, sem qualquer laço de dependência para com Roma ou outra qualquer potência estrangeira”; Católica, “(que, em grego, significa universal) identifica-a como cristã pois, na época em que a igreja romana não era mais que a igreja particular de Roma, a igreja cristã chamava-se católica (daí, também, a ideia de que a Igreja Lusitana não era especificamente protestante nem se filiava no movimento reformista do século XVI)”; Apostólica, para expressar a sua fidelidade à sucessão apostólica, conservando o ministério antigo de ordenação canónica de Bispos, Presbíteros e Diáconos; Evangélica, porque “fiel à proclamação de Jesus Cristo como Salvador e leal ao Evangelho (e só ao Evangelho), em oposição ao ritualismo da devoção mariana da Igreja Romana” (Moreira, 2001, p. 178) . De alguma forma, procurava resgatar a memória da Igreja original, uma comunidade Evangélica, por proclamarem o Evangelho.

Diogo Cassels foi central no caso da congregação do Norte. No ponto anterior foi referido já o seu percurso, que brevemente se retoma. Nasceu no Porto, morou alguns anos no Reino Unido, voltando a Portugal aos 14 anos, para ajudar o seu pai na fábrica que tinham em Vila Nova de Gaia. Recebeu uma educação evangélica e iniciou algumas reuniões religiosas no mundo operário, a começar pelo da fábrica do seu pai. Casou-se com Elizabeth Jones a 24 de abril de 1867 e, após a morte do seu pai, acabou por ficar o responsável tanto pela fábrica como pela sua família (Peixoto, 2018, p. 24).

Porém, Diogo Cassels sempre demonstrou o desejo de focar-se no ensino. Após ver a sua família estabilizada e independente economicamente, conseguiu passar pelo exame de professor do ensino primário na Escola Normal do Porto e tornar-se assim professor da Escola de Torne, em 1872 (Peixoto, 2018, p. 24 e 25). Além de fundador das “Escolas da Igreja Metodista do Mirante (no Porto) e da Escola de Torne (em Gaia), deve-se ainda a Diogo Cassels o aparecimento da Igreja do Redentor e da sua escola (no Porto), da Igreja de S. João Evangelista, em Gaia (complemento da do Torne), da escola e Igreja do Prado, igualmente em Gaia, e muitas obras de cariz beneficente em que se envolveu ao longo de toda uma vida dedicada aos mais carentes” (Peixoto, 2018, p. 14) Após a adesão à Igreja Evangélica de Vila Nova de Gaia, o Sínodo Diocesano “decide licenciar Diogo Cassels como pregador secular com auctorização de preencher o lugar d’um ministro, menos administrar os Sacramentos”(Peixoto, 2018,p.33).

Um outro auxiliador na criação desta congregação, já inserida na Igreja Lusitana, foi o seu irmão Andrew Cassels, que adotou o nome André para todos os assuntos relacionados a Portugal³. O nome de Diogo Cassels foi adquirindo reconhecimento público, tendo sido atribuído o seu nome a uma rua em Gaia, em 1915, durante a 1ª República. O próprio governo publica no Diário do Governo um louvor devido às suas atividades benéficas para a comunidade, tendo sido condecorado, em 1922, com a Comenda da Ordem de Cristo (Peixoto, 2018, p. 15).

Apesar da associação da Congregação de Torne e da Igreja Espanhola se organizarem do ponto de vista institucional, o crescimento do número dos seus membros não foi significativo. “Em meados da década de 1890, a Igreja Lusitana tinha um total de cerca de 350 comungantes, pelo que, por finais do século, o conjunto de membros e pessoas afectadas pelas suas actividades pastorais não ultrapassaria certamente algumas centenas. É um número francamente pequeno, que fazia [da Igreja

³ “Exerceu funções de industrial, pregador, escritor, tesoureiro da Junta Paroquial do Redentor, Ministro Secular da Igreja Lusitana, foi ainda fundador da congregação do Bom Pastor (Candal) e fundador de missões nas províncias.”. Consulte-se Cassels, Andrew Boys. 1849-1931, presbítero. Arquivo Histórico da Igreja Lusitana. Disponível <https://arquivo.igreja-lusitana.org/index.php/cassels-andrew-boys-1849-1931-presbitero>. Acesso 18 de setembro 2025.

Lusitana Católica Apostólica Evangélica] uma minúscula minoria religiosa no País” (Santos,1996-1997, p.339). Não admira a procura de instrumentos de transmissão da sua forma de viver e pensar. Com efeito, uma das principais ferramentas de difusão evangelizadora utilizadas pela Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (ILCAE) foi a criação de vários jornais, entre os quais *A Reforma*, *Echo da Igreja Lusitana*, que foi editado entre 1884-1892, e o *Evangelista*, que foi publicado entre 1893-1901 (Silva, 2020, p. 16).

Durante vários anos, os Republicanos e os membros da ILCAE e de outras igrejas protestantes viam a aproximação de um novo regime como um bom presságio do fim das perseguições religiosas e da falta de liberdade para professarem a sua fé. Esperavam “o reconhecimento dos contributos educativos das comunidades protestantes e acreditavam que, garantindo-se às minorias religiosas direitos idênticos aos da Igreja Católica” seriam mais facilmente integrados na sociedade, mesmo sendo minoritários (Silva, 2020, p. 16). A 5 de outubro de 1910 ocorreu a Implantação da República. Contudo, as expectativas das confissões minoritárias em Portugal não foram cumpridas, além de que um ambiente de carácter anticlerical não diferenciou os Católicos das outras confissões, apesar de a Lei da Separação entre a Igreja e do Estado ter criado condições ao ensino fora da esfera religiosa que não o católico (Silva, 2020, p. 17).

Mesmo assim, o ambiente republicano favoreceu a afirmação de algumas figuras que serão fundamentais na história da Igreja Lusitana. É o caso de Eduardo Moreira (1886-1930)⁴, por ter exercido “importantes cargos tanto no seio do campo metodista, como do congregacionalismo ou do presbiterianismo, e finalmente da Igreja Lusitana” (Leite, 2009, p. 135). Nasceu a 26 de fevereiro de 1886 e desde muito novo que recebeu

⁴ Eduardo Moreira (1886-1930). Professor no Seminário Evangélico, Pastor Evangélico desde 1913, teve vários cargos políticos. Em 1917 foi nomeado pelo Ministro da Guerra, Norton de Matos, capelão evangélico em França, missão que não cumpriu devido à revolução sidonista. Representante em Portugal de congressos pedagógicos protestantes (1922, 1924, 1926, 1929, 1932). Como procurador das missões evangélicas visitou, durante o ano 1934, cinquenta estações missionárias em Cabo Verde, Angola e Moçambique. Colaborou no “Século” e em outros diários de Lisboa e publicações evangélicas. Consulte-se Eduardo Moreira. Arquivo Histórico da Igreja Lusitana. Disponível <https://arquivo.igreja-lusitana.org/index.php/8uoau>. Acesso 18 de setembro 2025

uma educação evangélica, por parte da sua mãe (Leite, 2007-2008, p. 93). Pertenceu ao Partido Republicano Português, pois o Republicanismo defendia a liberdade e a tolerância, mesmo desenvolvendo ideias anticlericais e ser contra a Igreja Católica, pois Eduardo Moreira “considerava que o protestantismo podia ser essa alternativa e, mais do que isso, a solução para a «crise nacional», na medida em que defendia que todas as crises diagnosticadas ao país – económica, política, cultural, educativa – eram aspectos de uma mesma crise” (Leite, 2007-2008, p. 95). Por isso, o republicanismo via estas minorias como suas aliadas no combate contra o catolicismo dominante.

Contudo, com a chegada dos republicanos ao poder, Eduardo Moreira mostrou-se desiludido. Um sentimento comum que chegava a outras confissões protestantes. Em 1912 concentra toda a sua vida na evangelização e no ano seguinte passou da Igreja Metodista, uma igreja de corrente sinodal, para uma igreja com rito congregacional, para a Igreja Evangélica Bracarense onde se torna presbítero-pastor. Entretanto, em 1926, integrou a Igreja Presbiteriana, acabando por integrar-se na Igreja Lusitana em 1947 (Leite, 2007-2008, págs.94,97, 98 e 99), na qual “foi instituído diácono, encarregado de cumprir funções como ministro itinerante e renomeado director e redactor do órgão da Igreja: a revista Ecclesia” (Leite, 2007-2008, p. 99).

Com o Estado Novo, ocorreu uma reaproximação entre o Estado e a Igreja Católica (Silva, 2020, p. 16 e 17) e “embora se registasse um ambiente legal de tolerância, a exteriorização da prática religiosa não era bem vista e a IL [Igreja Lusitana], como muitas igrejas voltaram-se um pouco para dentro” (Silva, 2020, p. 17).

Durante muito tempo, a Igreja Lusitana não conseguia eleger um bispo por falta de resposta internacional aos constantes pedidos que realizava, vindo a Portugal bastantes bispos estrangeiros, para ouvirem as necessidades existentes, realizarem confirmações ou ordenações, mesmo quando, em 1922, já tinham elegido o Reverendo Joaquim dos Santos Figueiredo para realizar a função de Bispo estrangeiro, mas numa igreja nacional (Silva,2020, p. 17). Só em 1954 é que puderam finalmente sagrar um bispo, D. António Ferreira Fiador, tendo estado neste cargo entre 1958-1962. De seguida, foi eleito D. Luís Pereira, sendo durante a sua liderança que houve uma

iniciativa de normalização da prática litúrgica, orientada pelo *Livro de Oração Comum* e pela organização eclesial (Silva, 2020, p. 18-19).

Só em 1974, depois da Revolução do 25 de abril, por razões associadas, provavelmente, a uma maior liberdade de expressão, as condições de afirmação ganharam algum espaço. No ano de 1980, a Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica passou a ser membro da Comunhão Anglicana. Atualmente, a Igreja Lusitana organiza-se como uma diocese, tendo dois arcebispos⁵, um com sede no Porto e o outro em Lisboa, dividindo-se em catorze paróquias e uma missão⁶. O atual bispo da Igreja Lusitana é o bispo José Jorge Tavares de Pina Cabral e, devido a serem membros da Comunhão Anglicana, a sua diocese pertence à arquidiocese da Cantuária, no Reino Unido⁷.

⁵ Organização. Disponível: <https://www.igreja-lusitana.org/index.php/igreja-lusitana/organizacao>

⁶ Paróquias. Disponível: <https://www.igreja-lusitana.org/index.php/paroquias>. Acesso a 16 de junho de 2024

⁷ História da Igreja Lusitana. Disponível: <https://www.igreja-lusitana.org/index.php/igreja-lusitana/historia>. Acesso a 16 de junho de 2024

2. O Conselho Português de Igrejas Cristãs

Este capítulo debruça-se sobre a criação de uma instituição que simboliza a tendência agregadora verificada já no século XX. Como se observou, o “percurso fragmentário traçado pelo cristianismo evangélico português deu origem a uma multiplicidade de Igrejas e denominações que actualmente se podem estruturar em três grandes grupos: a corrente sinodal, a corrente anti-hierárquica e um protestantismo de novas fronteiras, mais recente. A corrente sinodal congrega no seu interior a Igreja Lusitana, os Metodistas e os Presbiterianos e é actualmente representada pelo Conselho Português de Igrejas Cristãs (COPIC)” (Leite, 2009, p. 126 a 127).

2.1. A Criação do Conselho Português de Igrejas Cristãs

Durante a Primeira República parece ter-se verificado a tendência para a afirmação de um Estado de cariz laico. Porém, durante o Estado Novo, 1933-1974, houve uma reaproximação entre o Estado e a Igreja Católica e muitas igrejas de confissão protestante, tal como a Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica, que procuraram desenvolver estratégias de agregação (Silva, 2020, p. 16 e 17). O mesmo aconteceu em vários países, um fenómeno comum a Igrejas de característica protestante, ao criarem instituições de ajuda mútua: “Em tempos mais recuados a estrutura encontrada era, em geral, a Federação de Igrejas, mas desde há uns quarenta anos a preferência é a de se fundarem o que chamam os Conselhos Nacionais ou Ecuménicos de Igrejas” (Cardoso, 1998, p. 80). E em Portugal o fenómeno foi igual.

A ideia para a fundação de uma instituição comum foi do Dr. Leopoldo de Figueiredo, que era médico e músico da Igreja Lusitana, tendo recebido o apoio da Igreja Presbiteriana e da Igreja Metodista (Cardoso, 1998, p. 80). Assim, no ano de 1956, a Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (ILCAE), a Igreja Evangélica Metodista Portuguesa (IEMP) e a Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal (IEPP) fundaram a Comissão Inter-Eclesiástica Portuguesa (CIP). Contudo, sempre foi seu objetivo a criação de um conselho ou de uma federação, proposta realizada a 12 de maio de 1962 para a criação de um novo conselho. Durante o período da existência do CIP, deu-se a discussão

necessária à elaboração de estatutos e a procura de meios humanos e financeiros para a realização deste mesmo projeto, que só foi concluído em 1971 (Cardoso, 1998, p. 81).

A 10 de junho de 1971 foi então criado o Conselho Português de Igrejas Cristãs (COPIC), pelas mãos das Igrejas fundadores do CIP, atrás indicadas, ou seja, a Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica, a Igreja Evangélica Metodista Portuguesa e a Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal. Em 1975, a Igreja Evangélica Alemã, sediada em Lisboa, pediu o estatuto de “observador” e, mais tarde, em 1982, foi a vez do Exército da Salvação, parte integrante da comunidade evangélica, a requerer o mesmo estatuto (Cardoso, 1998, p. 82).

O COPIC tinha como principais objetivos reforçar a comunicação e entreaajuda das igrejas membros, mantendo também relações com o Conselho Mundial de Igrejas, com a Conferência das Igrejas Europeias e com outros conselhos e instituições religiosas, sejam nacionais, como a Aliança Evangélica Portuguesa, ou internacionais, defendendo os Direitos Humanos e o Direito de Liberdade Religiosa, entre outros propósitos.

2.2. O Funcionamento do Conselho Português de Igrejas Cristãs

A Comissão Inter-Eclesiástica Portuguesa (CIP) foi uma comissão criada pelas igrejas ILCAE, IEMP e IEPP, cujo objetivo era o de manter o relacionamento entre si. A sua primeira reunião ocorreu a 23 de dezembro de 1956, na residência pastoral da Igreja de São João Evangelista, conhecida como a Igreja de Torne, em Vila Nova de Gaia. Logo neste primeiro encontro é mencionada a razão principal para a sua criação. Na verdade, esta comissão foi convocada para seguir o exemplo do *Inter-Church Hid Department* do Conselho Mundial de Igrejas, com o objetivo de reunir as três igrejas sinodais portuguesas, mantendo, assim, relações entre si, cujas verbas a receber seriam divididas pelas várias instituições e canalizadas para ações sociais⁸.

⁸ Comissão Inter-Eclesiástica Portuguesa – [Actas da Comissão Interclesiástica Portuguesa], p. 2.

Esta comissão nunca foi estatutariamente reconhecida, embora tivesse elegido um Presidente, um Vice-Presidente, um Tesoureiro e um Secretário, com mandatos de dois em dois anos, assumidos, de forma rotativa, entre as três igrejas.

Esta Comissão tinha relações com várias instituições mundiais e nacionais, como é o caso do Conselho Mundial de Igrejas⁹ que tem as suas raízes em vários lugares ao longo da sua história, começando as suas atividades no século XIX, na conferência missionária de Edimburgo e depois no sínodo (Ortodoxo) de Constantinopla, onde surgiu a sugestão de ser criada uma instituição que unisse as igrejas¹⁰. Entre 1937-38 foi então fundado o Conselho Mundial de Igrejas, mas só iniciou os seus trabalhos após o fim da Segunda Guerra Mundial. Em agosto de 1948 ocorreu a criação oficial do Conselho Mundial de Igrejas que reuniu 147 igrejas de todo o mundo. Já o Conselho das Igrejas Protestantes dos Países Latinos da Europa¹¹ foi fundado em 1950, sendo constituído por igrejas com tradições teológicas diferentes, mas com o objetivo de se ajudarem entre si¹².

Estas duas instituições mantiveram as suas relações com o COPIC até à atualidade. Algumas das comissões criadas, como é o caso da ECLOF¹³, também permaneceram em funcionamento ao mesmo tempo que o COPIC. A ECLOF é uma organização sediada em França, sem fins lucrativos, que tem por objetivo ajudar financeiramente, ou não, os mais desfavorecidos, tendo parcerias com várias igrejas. Por isso, na ata nº 10 da reunião do CIP de 29 de dezembro¹⁴, foi criada a Comissão da ECLOF com o intuito de manter uma relação com esta organização.

Ao longo da leitura das várias atas, ao longo do processo de recenseamento e inventariação desta documentação, que se conservam no arquivo da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica, percebemos que alguns dos projetos e comissões,

⁹ Conselho Mundial de Igrejas: <https://www.oikoumene.org/> Acesso a 20 de junho de 2024

¹⁰ <https://www.oikoumene.org/about-the-wcc/history> Acesso a 20 de junho de 2024

¹¹ Conselho das Igrejas Protestantes dos Países Latinos da Europa: <https://cepple.eu/> Acesso a 20 de junho de 2024

¹² <https://cepple.eu/qu-est-ce-que-la-cepple-99154/> Acesso a 20 de junho de 2024

¹³ ECLOF: <https://www.eclof.org/> Acesso a 20 de junho de 2024

¹⁴ Comissão Inter-Eclesiástica Portuguesa – [Actas da Comissão Interclesiástica Portuguesa], p. 12.

realizados ou criados durante a existência do CIP, permaneceram ativos com a criação do COPIC, como a Subcomissão de Migração e a já mencionada Subcomissão da ECLOF.

Porém, eles ainda tinham como principal meta a criação de um conselho com estatutos mais firmes e que fosse reconhecido pelo Estado, pois as igrejas fundadoras teriam de declarar a criação deste conselho ao governo, para conseguirem ter os seus estatutos aprovados, visto que o CIP nunca os teve aprovados. Assim, cada igreja teria de nomear três nomes, o nome do membro mais alto e de outros dois elementos, de forma a criarem uma direção.

Assim, na ata nº 36 de 8 de janeiro de 1971¹⁵, é declarado que o COPIC seria inaugurado no dia 10 de junho, desse mesmo ano, Dia de Portugal, mostrando assim uma igreja com características mais nacionais. A última reunião do CIP aconteceu no dia 20 de março, ficando decidido que, doravante, seria o Colégio da Presidência do COPIC a ficar responsável pela direção até ao dia 10 de junho, data da inauguração do COPIC. No entanto, esta última reunião do CIP não chegou a ocorrer ou então não chegou a ser registada em ata.

Através da leitura da ata da primeira reunião, constata-se que a sede do COPIC esteve instalada na igreja Lar Emaús, em Coimbra, local onde se reunia a direção deste conselho. Nesta primeira reunião, de 4 de dezembro de 1971,¹⁶ decidiu-se que, durante as reuniões da direção, os moderadores seriam os membros do Colégio da Presidência e que decorreria por ordem alfabética dos seus nomes.

Mas só na segunda reunião da direção, no dia 8 de abril de 1972¹⁷, a organização do Conselho foi aprovada por unanimidade, ou seja, o Colégio da Presidência, no qual estariam os representantes dos cargos mais altos de cada igreja, o Bispo da Igreja Lusitana, o Superintendente-Geral da Igreja Metodista e o Presidente da Igreja Presbiteriana. A Direção iria ser constituída pelos membros do Colégio da Presidência e mais cinco membros de cada uma das igrejas, em que dois seriam delegados

¹⁵ Comissão Inter-Eclesiástica Portuguesa – [Actas da Comissão Intereclesiástica Portuguesa], p.67.

¹⁶ Conselho Português de Igrejas Cristãs – Livro de Actas do Conselho Português de Igrejas Cristãs, p. 4.

¹⁷ Conselho Português de Igrejas Cristãs - Livro de Actas do Conselho Português de Igrejas Cristãs, p. 12.

permanentes e os restantes suplentes. É ainda mencionado um secretário-geral, Ireneu da Cunha¹⁸, membro da Igreja Metodista, que iniciara as suas funções em 1971. Ficou decidido que existiriam três secretariados: o secretariado da Fé e Testemunho; o secretariado da Diaconia, onde ficaria a Subcomissão de Interajuda Eclesiástica, e a Subcomissão de Auxílio aos Emigrantes. Mesmo não sendo referido, foi notado, ao longo da leitura das atas da Direção, que as outras Subcomissões criadas também acabavam por estar sobre a tutela do secretariado da Diaconia, tal como a Subcomissão da ECLOF e a Subcomissão de Projetos. Por último, havia o secretariado da Educação e Comunicação. Nos fins dos anos 70 passou a existir um Conselho Fiscal, por onde passariam as contas para serem aprovadas e depois seguiam para a Direção.

O COPIC manteve as relações de cooperação com o Conselho Mundial de Igrejas, Conselho das Igrejas Protestantes dos Países Latinos da Europa, assim como a Conferência das Igrejas Europeias¹⁹, que surgiu após a Segunda Guerra Mundial, como se disse atrás, com o intuito de reunir igrejas de vários países europeus com estruturas políticas, sociais e económicas diferentes e que pudessem ajudar na paz. Dentro do território nacional tinha alianças com o Exército da Salvação²⁰ e também com a Aliança Evangélica Portuguesa²¹ que representa quase todas as Igrejas Evangélicas. Criada em 1921 por Eduardo Moreira, que já referimos atrás, tinha como principais objetivos lutar pela Liberdade religiosa e o pelo fim da discriminação contra os Evangélicos por parte dos Católicos, sendo uma das suas missões a promoção de projetos criados pelas igrejas através da ação local, servindo como representante da Comunidade Evangélica Portuguesa.

¹⁸ Falecido a 7 de março de 2025 “primeiro secretário-geral do Conselho Português de Igrejas Cristãs (COPIC), cargo que ocupou desde 1971, ano da fundação do conselho até 1984”. Ver *Ecumenismo: Faleceu o bispo emérito da Igreja Metodista, Ireneu Cunha*. Disponível em <https://agencia.ecclesia.pt/portal/ecumenismo-faleceu-o-bispo-emerito-da-igreja-metodista-ireneu-cunha/> 10 mar 2025 (Ecclesia). Acesso a 18 setembro 2025.

¹⁹ Conferência das Igrejas Europeias: <https://ceceurope.org/> Acesso a 20 de junho de 2024

²⁰ Exército da Salvação: <https://www.exercitodesalvacao.pt/index.php/sobre-nos/quem-somos>. O Exército foi fundado em 1865 por William Booth e iniciou os seus trabalhos em Portugal a 25 de julho de 1971. Acesso a 20 de junho de 2024

²¹ Aliança Evangélica Portuguesa: <https://aliancaevangelica.pt/site/> Acesso a 20 de junho de 2024

O COPIC também mantém contactos com a Igreja Católica em Portugal, principalmente depois de 1974. As próprias igrejas fundadoras também mantinham relações com o COPIC, convidando-as para as suas reuniões.

A nível financeiro, mantinha relações com o CICARWS (Commission on Inter-Church Aid, Refugee and World Service) para onde enviavam os seus projetos e recebiam as várias verbas para a realização desses mesmos projetos, para além do financiamento da ECLOF. O COPIC oferecia, igualmente, bolsas de estudo a jovens.

Após 1974, iniciaram-se tentativas de criar um programa de televisão na RTP que divulgasse as suas atividades, cujos resultados podem ser vistos na RTP Play, no Programa Caminhos, pelo menos desde 2015²².

Os estatutos do COPIC só foram aprovados a 31 de janeiro de 1976²³, publicados em *Diário da República* a 12 de novembro desse mesmo ano²⁴. Assim, o Conselho seria constituído por quatro órgãos pelo Colégio da Presidência, uma Direção, um Secretário-Geral e um Congresso, sendo que este último nunca teve uma reunião ou, caso tenha sido realizada, não existem documentos sobre as reuniões do Congresso. Os secretariados não chegam a ser mencionados, mas sabemos da sua existência e da criação de mais secretariados através da leitura das atas do Conselho, assunto a desenvolver no capítulo seguinte.

Na ata da Direção nº 25, de 20 de maio de 1978²⁵, foi referida a Comissão Pró-Formação do Secretariado da Juventude, com o intuito de criar um secretariado para abranger os mais jovens. Na ata da Direção nº 33 no dia 1 de março de 1980 ²⁶ foi formalizada a sua criação. Este secretariado tinha como um dos objetivos promover o

²² <https://www.rtp.pt/play/p58/caminhos> Acesso 24 setembro de 2025.

²³ Conselho Português de Igrejas Cristãs – Livro de Actas do Conselho Português de Igrejas Cristãs, p. 61.

²⁴ Diário da República de 12 de novembro de 1976: <https://www.copic.pt/files/EstatutosCOPIC.pdf> Acesso a 4 de abril de 2024

²⁵ Conselho Português de Igrejas Cristãs – Livro II de Actas do COPIC, p. 2.

²⁶ Conselho Português de Igrejas Cristãs – Livro II de Actas do COPIC, p. 34.

Encontro de Jovens das Igrejas Sinodais. Mantinha relações com o EYCE (Ecumenical Youth Council in Europe)²⁷, uma organização de jovens cristãos

Ainda em 1978, o Conselho ajudou na criação da Empresa Carpintaria e Mobiladora Diáspora, tendo a sua primeira reunião a 11 de outubro desse mesmo ano²⁸. Esta empresa foi criada para dar trabalho aos retornados das colónias portuguesas em África, ou mesmo ajuda monetária, porque chegavam sem absolutamente nada. Porém, este projeto começou a mostrar-se inviável, a dívida da empresa aumentou de ano para ano e, por isso, decidiram declarar a sua falência. A sua última reunião foi a 20 de março de 1987²⁹, embora só tenha sido oficialmente extinta em 1988³⁰.

A sede do Conselho começou por ser a igreja Lar Emáus, em Coimbra, como dito atrás, por volta de 1984 passaram a sua sede para rua da Lapa, na Figueira da Foz, distrito de Coimbra. Tiveram algumas reuniões no Centro Ecuménico Reconciliação, que foi criado em 1969, na Figueira da Foz³¹.

Uma das posições de maior importância neste Conselho é a de Secretário-Geral, pois tinha o dever de coordenar e manter as relações entre os vários órgãos e secretariados para um melhor funcionamento. O seu mandato seria de cinco anos. O primeiro Secretário-Geral foi Ireneu da Cunha, já atrás referido, da Igreja Metodista, entre 1971-1981. O novo secretário só foi eleito em 1984, Pedro Manuel Cardoso³², da Igreja Presbiteriana, tendo ficado no cargo até 1996, ultrapassando os cinco anos, tal como tinha ocorrido com Ireneu da Cunha. Em 1996 foi eleita Miriam Valente³³ e, neste caso, só ficaria dois anos. Atualmente o presidente do Conselho Português de Igrejas Cristãs é o Bispo da Igreja Lusitana, José Jorge Tavares de Pina Cabral³⁴.

²⁷ EYCE: <https://www.eyce.org/> Acesso a 20 de junho de 2024

²⁸ Carpintaria e Mobiladora Diáspora – Actas, p. 1.

²⁹ Carpintaria e Mobiladora Diáspora – Actas, p.10

³⁰ Conselho Português de Igrejas Cristãs– Livro IV de Actas da Direção do COPIC, p.12

³¹ <https://igrejaprotestante.pt/historia-iepf/> Acesso a 20 de junho de 2024

³² Manuel Pedro Cardoso (n. 18 de outubro de 1938 / f. 19 de dezembro de 2017). Disponível <https://sphp.pt/manuel-pedro-cardoso/>. Acesso 18 setembro 2025.

³³ Não se encontrou qualquer informação sobre esta figura.

³⁴ “José Jorge Tavares de Pina Cabral (born 22 May 1966) is a Portuguese Anglican bishop. He has been the Bishop of the Lusitanian Church since 2013.^[1] He is the nephew of Daniel Pina Cabral, who was

3. A Organização dos Arquivos da Igreja Lusitana – iniciativas e modelos de análise

Este capítulo está dividido em duas partes. Numa primeira parte trata-se a criação do Arquivo da Igreja Lusitana, que se refere no seu *site* como Arquivo Histórico da Igreja Lusitana, e a sua relação com o Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia. Na segunda parte apresentam-se o enquadramento teórico-metodológico, a aplicação do modelo sistémico e os organogramas do Conselho Português de Igrejas Cristãs.

3.1. As primeiras descrições arquivísticas (a cooperação com o Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia)

O Arquivo Histórico da Igreja Lusitana é uma ideia que remonta ao século XX, mas sendo um projeto que recebeu um financiamento modesto, tal impediu o seu desenvolvimento. As paróquias, salvo algumas exceções, usam métodos amadores, apesar de conscientes da importância da sua memória, para organizar a sua documentação, pelo que a Igreja Lusitana “só na década de 1960 (e de forma permanente apenas desde 1981) pôde centralizar num espaço administrativo a documentação relacionada com a diocese e as funções do bispo e de outros órgãos nacionais” (Afonso e Silva, 2019, p. 244). Neste acervo pode-se encontrar documentação com diferentes níveis de conservação, uma mais deteriorada do que outra, mas acautela-se o processo de avaliação do seu estado de conservação. Só durante os anos 80 é que houve a criação de um inventário com características mais modernas, tendo em consideração a necessidade de tratamento de informação administrativa corrente, e só depois desse período é que se encarou a possibilidade de tratar informação com maior espessura histórica. (Afonso e Silva, 2019, p. 244).

Contudo, só nos finais do século XX é que a Igreja Lusitana recebeu apoio financeiro do Estado e de outras entidades públicas, o que tornou viável realizar a inventariação da documentação dos fundos da Igreja de Torne, em Vila Nova de Gaia, e

Bishop of the Diocese of Lebombo, in Mozambique.” Disponível:
https://en.wikipedia.org/wiki/Jorge_Pina_Cabral. Acesso 18 setembro 2025.

mais tarde do acervo fotográfico desse mesma igreja. Posteriormente, este trabalho de tratamento documental estendeu-se a outras paróquias da diocese da Igreja Lusitana. No entanto “por falta de condições físicas, infraestruturas e meios financeiros por parte da Igreja, estes registos foram feitos em fichas manuscritas que não chegaram a ser informatizados ou em *softwares* entretanto descontinuados, o que limitou bastante a sua realização futura” (Afonso e Silva, 2019, p. 244).

O Arquivo da Igreja Lusitana tem sobre a sua alçada documentação do século XIX, proveniente da Diocese, das suas catorze paróquias, que se dividem entre Porto e Lisboa, das suas escolas e outras organizações que mantêm relações com esta Igreja. A sua documentação divide-se em tipologias diversificadas. Por exemplo, nas paróquias a documentação inclui “as séries de atas da junta paroquial, assentos de batismo, casamento ou funeral e outros registos associados ao culto e à vida das congregações a que podem juntar-se, em muitos das congregações que tiveram escolas públicas, os registos próprios desta função” (Afonso e Silva, 2019, p. 243). O outro tipo de documentação que tem sob a sua custódia é documentação relacionada com os seus órgãos de liderança, tais como o Sínodo, o Presidente e a Comissão Permanente de que resulta a produção de “atas deste órgão, a par de documentos de tesouraria, correspondências diversas, fundos relacionados com clérigos e outras personalidades e muita outra documentação bastante dispersa” (Afonso e Silva, 2019, p.244).

Em 2015, o arquivo começou a dar os seus primeiros passos com a contratação de uma técnica de arquivo e, posteriormente, foi definido um plano para organizar e classificar de forma sistemática a documentação que integrava o arquivo, de forma a poder disponibilizá-lo na *Internet*, permitir o acesso do público à consulta mediante o estado de conservação do documento e catalogar a Biblioteca da Igreja Lusitana (Afonso e Silva, 2019, p.244). O Arquivo deveria ser de acesso fácil pelo que se criou um plano que incluía “diferentes etapas de trabajo; la elección de la plataforma de acceso e archivos digitales, la selección de los fondos del archivo e, finalmente, du digitalización y difusión del archivo” (Vidal, 2023, p. 238).

O Município de Vila de Nova de Gaia, através do Arquivo Municipal Sophia Mello Breyner, e a ILCAE, assinou um acordo de colaboração em 2016 e, em 2018, o Arquivo

da Igreja Lusitana passou a integrar-se na Rede Portuguesa de Arquivos. Esta cooperação entre ambas as instituições ocorreu por considerarem o património arquivístico da Igreja de Torne de um grande valor cultural para a região e para a história de Vila Nova de Gaia durante o século XIX, altura em que a Igreja e a Escola de Torne foram criadas por Diogo Cassels.

Com a colaboração entre a Igreja Lusitana e o Arquivo Municipal Sophia Mello Breyner, foram digitalizados e disponibilizados alguns jornais criados pela Igreja Lusitana como “A Reforma”, a “Capela de Torne em Vila Nova de Gaia”, a “Igreja Lusitana Católica Apostólica e Evangélica”, e como alguns autores consideram, “é a primeira vez em Portugal que séries completas de jornais históricos «protestantes» são disponibilizados no portal electrónico de um arquivo público” (Afonso e Silva, 2019, p.246; Vidal, 2023, p.277). A documentação ainda está a ser reunida, havendo planos para a instalação física do arquivo em espaços com melhores condições, com o intuito de abrir as suas portas ao público (Cirne *et al*, 2018, p. 1).

Ambas as instituições acabam por ter competências e deveres diferentes, pois à Câmara compete-lhe “assegurar o processo de digitalização e divulgação na internet de um conjunto de séries e publicações da ILCAE. Por seu turno, a ILCAE obriga-se a promover o tratamento e valorização do seu património documental, autorizando o Município a publicar na internet os documentos e publicações mais relevantes do seu Arquivo Histórico” (Cirne *et.al*, 2018, pág. 2).

Neste momento, o arquivo usa como principal “ferramenta informática uma aplicação de código aberto, o AtoM [abreviatura de *Access to Memory*], um *software* de descrição e disponibilização do Conselho Internacional de Arquivos e especialmente desenhado para a utilização em ambiente *Web*, que tem vindo a ser adotado num crescente número de instituições, quer em Portugal, quer em muitos países”. (Afonso e Silva, 2019, p. 245). Entre 2015 e 2019, data em que foi publicado o artigo *Modernidade e minorias religiosas. Os arquivos da Igreja Lusitana (séculos XIX – XX)*, por José António Afonso e António Manuel S.P. Silva, já foi realizada a descrição de quase 2.000 documentos, entre livros e processos, imagens, e outros documentos, distribuídos por 35 fundos, sendo possível pesquisar 23 no seu *site*: Paróquia de S. João Evangelista;

Paróquia do Redentor; Paróquia Salvador do Mundo; Igreja de Jesus; Paróquia de S. Paulo; Paróquia, de S. Pedro; Paróquia do Espírito Santo; Paróquia do Bom Pastor; Paróquia da Sagrada Família; Paróquia de S. Mateus; Paróquia de S. Marcos; Paróquia de Cristo Remidor; Paróquia de S. Tomé; Diocese; Capela de Propagação Evangélica; Congregação da Santíssima Trindade; Associação dos Antigos Alunos da Escola do Torne e Prado; Igreja Evangélica Espanhola; Missão Evangélica de S. Tiago Apóstolo, Escola do Prado, Escola do Torne, António Ferreira Fiandor e um arquivo pessoal de Eduardo Moreira. Com a possibilidade de digitalização, foi possível disponibilizar documentos que se encontram num estado de degradação avançada, e assim permitir que possam ser mais bem preservados, evitando o seu manuseamento, além de possibilitar o acesso ao acervo documental independentemente do local onde o investigador se encontre, estando unicamente dependente de um ponto de acesso com *Internet*.

Se a tecnologia continua a “jogar” a favor do arquivo, tendo havido a oportunidade de digitalizar e disponibilizar um grande número de documentos, o mesmo não se pode dizer da criação do espaço físico, que não tem ainda uma data para a sua abertura, por não existirem meios financeiros para a sua conclusão. A documentação ainda está a ser reunida, havendo planos para a instalação física do arquivo em espaço condigno, com o intuito de abrir as suas portas ao público (Cirne *et al*, 2018, p. 1). Grande parte dos esforços devem-se ao facto de estas instituições públicas estarem a “sensibilizar os organismos privados que dispõem de arquivos de interesse relevante, para a necessidade de procederem à respectiva divulgação, não apenas enquanto instrumentos de promoção cultural, mas também enquanto garantes de valores democráticos.” (Cirne *et al*, 2018, p. 2).

Sobre a identificação do espólio, se a Igreja tem 145 anos ela já é detentora de um acervo que remonta a tempos recuados. Alguma da documentação ainda é anterior à fundação da própria Igreja, havendo registos de batismo e de casamento ainda celebrados pelo Rev. Vicente Gómez y Togar de 1839 a 1870. Sobre a documentação do século XX, podemos mencionar a correspondência, fotografias relacionadas com a ação dos primeiros bispos, D. António Ferreira Fiandor (1958-1962) e D. Luís Pereira (1962-1980), havendo ainda muita documentação por inventariar.

No que diz respeito à documentação que pertence às paróquias, grande parte ainda não foi inventariada, embora relativa ao Arciprestado do Norte tenha sido objeto de um melhor conhecimento dos fundos de cada uma das congregações, tendo já sido realizados alguns estudos com esses documentos. Na verdade, “o arquivo da igreja mais antiga, a de São João Evangelista (Torne), que data de 1868, foi o germe e o núcleo central da moderna dinamização do arquivo diocesano”, sendo que a documentação relativa à paróquia de São João Evangelista e da escola de Torne atinge os quinze metros lineares (Afonso e Silva, 2019, p. 248). No Arciprestado do Sul, o conhecimento do acervo arquivístico é bem menor, para além de que algumas congregações também são de criação recente e, como tal, ainda estão a organizar-se do ponto de vista arquivístico. Neste sentido, o balanço feito em 2019 acerca do já realizado, merece ser aqui citado: “De um modo geral a documentação encontra-se razoavelmente acondicionada, pelo menos no que se refere aos riscos mais imediatos. Todavia, como só pontualmente foi sujeita a ações de expurgo e desinfestação, acusa naturalmente a presença de insetos, fungos e outros elementos de deterioração. A sua organização e acessibilidade são também diversas: enquanto as séries de maior uso administrativo (atas, registos paroquiais, etc.) se encontram em livros encadernados e minimamente organizados, os maços e avulsos ocorrem ordinariamente dispersos, em dossiês, caixas ou gavetas e misturados com outros materiais” (Afonso e Silva, 2019, p.248)

O acervo relativo à informação produzida pelo COPIC é o objeto do nosso estudo, sobre o qual apresentamos um breve historial, no ponto anterior. Os responsáveis da Igreja estão bem conscientes de que a sua dispersão e risco de perda pode ter sucedido, uma vez que a documentação do COPIC andou de um lado para o outro, juntamente com o presidente eleito. Por isso, além da inventariação, procura-se definir um espaço físico no qual se possa reunir toda a informação produzida pelo COPIC, decisão que será mais exequível se se souber qual o seu conteúdo e importância para o percurso e iniciativas de carácter interconfessional, tão importantes na História recentes das Igrejas.

3.2. Enquadramento teórico-metodológico – uma proposta de aplicação do modelo sistémico

3.2.1. O modelo sistémico

A documentação do Conselho Português de Igrejas Cristãs é um dos vários fundos que atualmente compõem o arquivo da Igreja Lusitana. Maria Vidal na sua tese de doutoramento, intitulada *El Archivo de la Iglesia Lusitana de 1880 a 1980: Comunion anglicana de Portugal*, analisa de forma detalhada os vários fundos que atualmente se encontram sob a tutela do arquivo da Igreja de São João Evangelista, no qual insere a secção Relações Institucionais, criando um quadro em que inclui os documentos do Conselho Português de Igrejas Cristãs, que considerou uma série (Vidal, 2023, p.150). Se pesquisarmos no *site* do *Arquivo da Igreja Lusitana* iremos observar que dentro dessa secção, existe uma série sobre o COPIC e dentro dessa série há duas subséries. A subsérie [Receitas e Despesas do Conselho Português de Igrejas Cristãs], só tem um documento composto [Receitas do Conselho Português de Igrejas Cristãs] e a outra subsérie é a [Correspondência recebida e expedida do Conselho Português de Igrejas Cristãs].

Porém neste momento, após o estudo que fizemos, considerámos que o Conselho Português de Igrejas Cristãs (COPIC) não é uma série mas um organismo produtor de informação, ou seja, um sistema de informação que detém documentação não só do próprio COPIC, como também da CIP (Comissão Inter-Eclesiástica Portuguesa) que foi a comissão que depois deu origem ao COPIC, e da Empresa de Carpintaria e Mobiladora Diáspora, criada com o objetivo de ajudar os retornados depois de 1974, detendo vários órgãos que produziam informação. Tendo sido analisadas as suas atas e os estatutos de forma a conceber a estrutura orgânica, compreende-se a dimensão deste conselho (COPIC).

A constatação a que chegámos resulta de uma perspetiva de análise que interpreta a produção de informação e o funcionamento do COPIC de uma forma sistémica. O modelo de abordagem tem sido discutido de forma clara, por alguns autores de Ciência da Informação que consideram a Arquivologia/Arquivística como uma disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação e fundamentam conceitos teóricos operatórios no domínio da Arquivística,"(...) temos a Arquivologia e a Arquivística sincreticamente unidas, significando tanto a ciência que tem por objeto os arquivos (os princípios da sua constituição, conservação organização e comunicação),

como a ciência ou disciplina que visa gerir a informação contida nos documentos de arquivo. Sob a mesma designação temos uma ciência que estuda o Arquivo enquanto organismo, instituição ou serviço (instalado num edifício) que custodia, organiza e disponibiliza fundos, e temos outra ciência que se ocupa do Fundo” (Silva, 2015, p. 108). Sobre o surgimento do conceito de “fundo”, e do “princípio de respeito pelos fundos”, argumentam: “As circunstâncias que determinaram a formulação do princípio – de natureza meramente pragmática – e o hibridismo da solução adoptada na sua aplicação (o fundo era considerado como uma entidade indivisível, mas a sua organização interna fica sujeita a critérios alheios à respectiva organicidade) levaram a que, posteriormente surdissem críticas no sentido de um aperfeiçoamento.” Assim sucedeu com Francesco Bonaini que, em 1867, veio defender o chamado «método histórico», que proclamava o respeito pela ordem original, com base na história de cada instituição (Silva, *et al.* 1999, p. 108).

Para este caso iremos usar como base alguns elementos da teoria sistémica, ou seja, da Teoria Geral dos Sistemas. “Pode-se por isso falar de sistemas físicos e abstractos, quando as relações são ou não mensuráveis fisicamente; naturais e artificias, quando são devidos ou não a um acto consciente do homem. Do ponto de vista metodológico, consideramos que se podem classificar os sistemas fechados e abertos. Os primeiros são aqueles cujas variáveis são endógenas e cujas leis são de tipo absoluto; o seu comportamento não está sujeito a nenhuma espécie de influência que emane de variáveis externas. Os segundos singularizam-se pelo facto de nenhum aspecto do seu comportamento se achar determinado estritamente a partir de dentro” (Silva; *et al.*, 1999, p. 38). Contudo nesta mesma obra os autores mencionam que o termo para classificar os sistemas seria (semi)- fechados que é uma característica dos Arquivos. Quanto às tipologias dos arquivos, podem identificar-se três tipos de fatores que os caracterizam: a estrutura orgânica que determina a existência de arquivos unicelulares ou arquivos pluricelulares; a função “serviço/uso” que configura arquivos centralizados e arquivos descentralizados; e, por último, temos a questão da memória/recuperação da informação podendo haver arquivos ativos ou desativados (Ribeiro e Fernandes, 2001, p. 28).

O Arquivo da Igreja Lusitana é considerado um arquivo pluricelular, centralizado e ativo por continuar a receber documentação das paróquias e de outras instituições, com quem mantém alianças. Dentro deste arquivo temos o sistema de informação do COPIC que se caracteriza como sendo um arquivo pluricelular (com uma estrutura composta por diversos órgãos), centralizado, uma vez que a gestão da informação é feita a partir de um único ponto e é um arquivo ativo, pois continua a receber informação proveniente das paróquias, das suas reuniões e das relações com outras instituições.

3.2.2. O Método Quadripolar

O método de investigação quadripolar desenvolve-se em torno de quatro pólos: o pólo epistemológico, o pólo teórico, o pólo técnico e o pólo morfológico.

O pólo epistemológico é aquele “onde se opera a permanente construção do objeto científico e a definição dos limites da problemática de investigação, dando-se uma constante reformulação dos parâmetros discursivos, dos paradigmas e dos critérios de cientificidade que orientam todo o processo de investigação” (Ribeiro e Fernandes, 2001, p. 29). Neste caso estamos perante um arquivo em construção que detinha documentação relacionada com o Conselho Português de Igrejas Cristãs, que se tornou no objeto de estudo deste relatório, e seguimos uma perspetiva que considera a Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação, situando a abordagem no paradigma pós-custodial e científico.

O pólo teórico “no qual se centra a racionalidade do sujeito que conhece e aborda o objecto, bem como a postulação de leis, a formulação de hipóteses, teorias e conceitos operatórios e consequente confirmação ou informação do “contexto teórico” elaborado” (Ribeiro e Fernandes, 2001, p. 29). Neste caso o sujeito é quem tem o maior conhecimento deste assunto, aplicando a teoria sistémica para analisar o contexto de como a documentação foi criada.

O pólo técnico “em que se consuma, por via instrumental, o contacto com a realidade objectivada, aferindo-se a capacidade de validação do dispositivo metodológico; é aqui que se desenvolvem operações cruciais como a observação de casos e de variáveis e a avaliação retrospectiva e prospectiva, sempre tendo em vista a

confirmação ou refutação das leis postuladas, das teorias elaboradas e dos conceitos operatórios formulados” (Ribeiro e Fernandes, 2001, p. 29). Para este relatório foi criado um recenseamento onde também foi incluída a documentação que pertence à biblioteca, contudo, ela não foi incluída no inventário pois o objeto de estudo era a documentação relacionada ao COPIC.

O pólo morfológico é “onde se formalizam os resultados da investigação levada a cabo, através da representação do objecto em estudo e da exposição de todo o processo de pesquisa e análise que permitiu a construção científica em torno dele” (Ribeiro e Fernandes, 2001, p. 29). Este último polo está relacionado com a apresentação dos resultados, ou seja, com a apresentação dos organogramas do COPIC, o recenseamento e o inventário que são apresentados nos apêndices deste relatório.

3.2.3. A Aplicação do modelo sistémico ao arquivo do Conselho Português de Igrejas Cristãs

Em que medida a fundamentação teórica e a abordagem metodológica antes expostas, traduzidas num modelo de análise designado por “modelo sistémico” é aplicável no caso concreto do Conselho Português de Igrejas Cristãs é o propósito a seguir. Houve que compreender a sua organicidade e funcionalidade para se proceder a uma representação gráfica (organogramas) suscetível de elucidar sobre a evolução orgânico-funcional do sistema de informação.

A criação dos organogramas só foi possível através da leitura das atas e dos estatutos oficialmente publicados no *Diário da República* e outros textos, pois os documentos regulamentadores suscitaram dúvidas. Sabemos, até ao momento, que o COPIC só teve os seus estatutos aprovados por duas vezes, em 1976 e 2002, e não estão definidos órgãos que surgem mencionados na documentação. Por exemplo, só sabemos da existência dos secretariados através da leitura das atas, assim como da criação de subcomissões, sempre que havia projetos novos, muitas delas eventuais, mas outras acabaram por permanecer, como é o caso da Subcomissão da ECLOF, uma instituição que foi referida no capítulo 2 deste relatório.

Na segunda reunião do COPIC, em 1972, foram aprovados os primeiros órgãos, como podemos ver na figura 1. Ao longo da leitura da ata desta reunião podemos verificar que havia o Colégio da Presidência onde se reuniam os líderes de cada uma das igrejas fundadoras, o Bispo da Igreja Lusitana, o Superintendente Geral da Igreja Metodista (atualmente é Bispo) e o Presidente da Igreja Presbiteriana, com a função de discutirem temas que depois eram levados à Direção. A Direção era constituída pelos membros do Colégio da Presidência, o Secretário-Geral e cinco membros de cada uma das igrejas, sendo dois delegados permanentes e três delegados suplentes. O Secretário-Geral, que tinha o objetivo de manter as relações entre o Colégio da Presidência, a Direção e a coordenação dos secretariados. No início havia três secretariados, o Secretariado a Fé e Testemunho, o Secretariado de Educação e Comunicação e o Secretariado da Diaconia. Este último era o responsável pela Subcomissão de Auxílio aos Emigrantes e pela Subcomissão de Interajuda Eclesiástica que tiveram a sua origem na Comissão Inter-Eclesiástica Portuguesa.

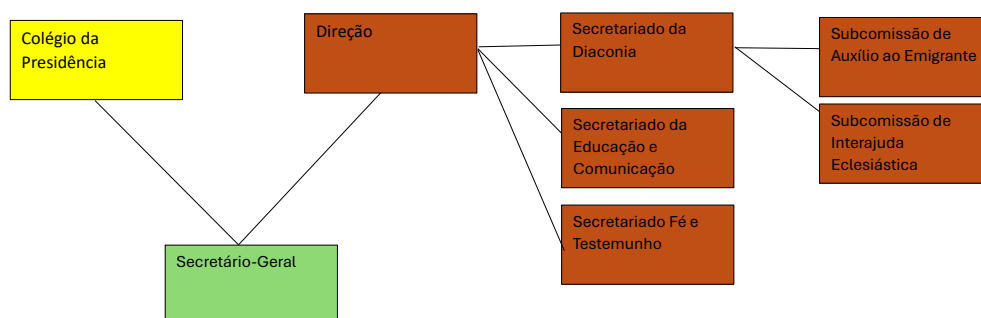


Figura 1: Organograma de 1971

Após a publicação dos estatutos em *Diário da República*, de 12 novembro de 1976, a nova estrutura orgânica não menciona os secretariados, como podemos observar pelo organograma (figura 2), apesar de continuarem a existir, como se percebe através da leitura das atas onde são mencionados os secretariados e pela existência da documentação de cada um desses órgãos. O COPIC seria constituído pelos seguintes órgãos: o Colégio da Presidência, a Direção, o Secretário-Geral e o Congresso.

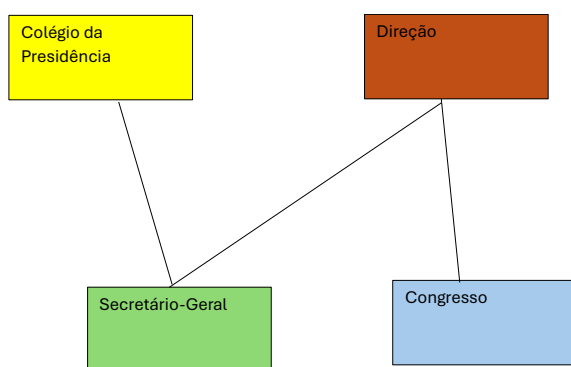


Figura 2: Organograma de 1976

No Colégio da Presidência estavam os representantes do topo da hierarquia de cada uma das igrejas, como foi referido anteriormente. Competia-lhe exercer funções que foram estabelecidas nos estatutos e no seu regulamento interno, ou seja, emitir orientações e a sua supervisão, reunir-se uma vez a cada seis meses, ou sempre que necessário, e decidir por unanimidade.

A Direção era composta por três delegados, de cada uma das Igrejas fundadoras. As suas reuniões eram moderadas por um membro do Colégio da Presidência, pelo Secretário-Geral e pelo secretário ex-offício (seria selecionado um membro que tornar-se-ia secretário nessa reunião de forma a auxiliar o Secretário-Geral). As suas decisões deveriam ser tomadas por unanimidade e as reuniões deveriam ser convocadas pelo Secretário-Geral. À Direção competia debater os assuntos que envolvessem o COPIC e sempre que fosse necessário poderiam ser constituídos secretariados permanentes ou provisórios (estes últimos seriam denominados de subcomissões), sob a coordenação do Secretário-Geral e, se houvesse necessidade, deveriam reunir de três em três meses. O

nome do Secretário-Geral deveria ser proposto pelo Colégio da Presidência e eleito pela Direção, para um mandato de cinco anos. Ele deveria exercer as funções estabelecidas nos estatutos e regulamentos, executar as decisões tomadas pela Direção e pelo Colégio da Presidência, de periodicidade trienal, com a composição e agenda que o Congresso quisesse e só os membros das Igrejas Membros é que poderiam votar.

O Congresso tinha como objetivo de debater temas do Conselho, realizar críticas construtivas à Direção e recomendações ao Colégio da Presidência, entre outros objetivos. Porém o Congresso não parece ter tido reuniões, pois não foi encontrada documentação que possa comprová-las, todavia é possível que o Congresso se tenha reunido, mas não redigiram nenhum documento.

Entre 1976 e 1980 deu-se a criação do Conselho Fiscal, havendo menções durante as reuniões. Em 1978 foi criado a Comissão Pró-Formação do Secretariado da Juventude dando origem ao Secretariado Ecuménico da Juventude que teve o início das suas funções em 1980, como podemos ver na figura 3.

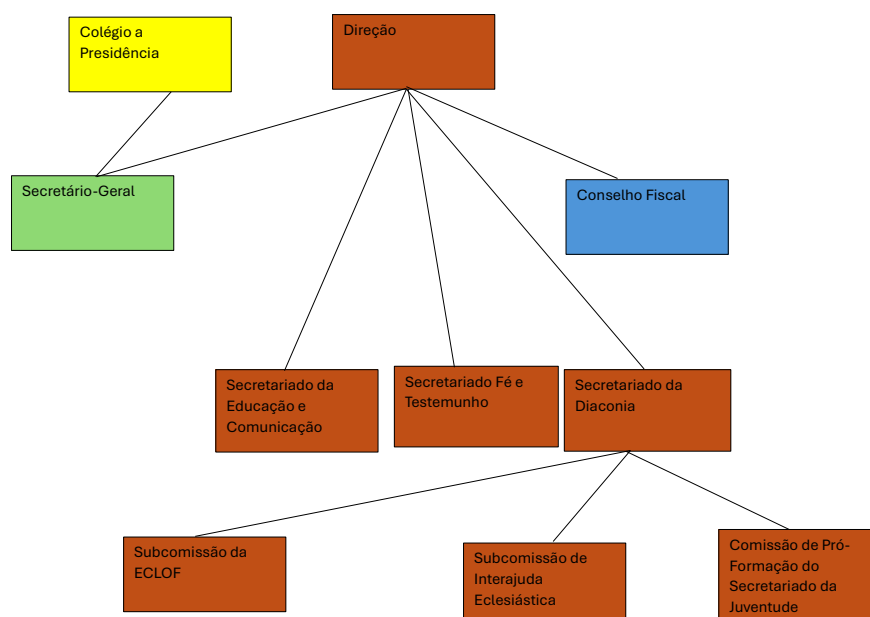


Figura 3: Organograma de 1980

Em 1978 foi criada a empresa Carpintaria e Mobiladora Diáspora. Pela leitura das atas compreendemos que a empresa tinha a sua sede na Figueira da Foz, no distrito de

Coimbra, composta por vários sócios, sendo o Secretário-Geral do COPIC a dirigir as reuniões, representando um outro sócio através de procuração. Pela análise da documentação, parece-nos que a empresa trabalhava à margem do próprio COPIC, que só ajudou no projeto para a sua criação e sua extinção, tendo permanecido independente. Por isso decidimos considerar um subfundo e não uma secção pois, aparentemente, não pertence ao funcionamento orgânico do COPIC.

Ao elaborarmos o recenseamento da documentação relativa ao COPIC encontrámos um organograma de 1984 relativo à estrutura orgânica desse ano. Podemos observar que o Secretariado de Comunicação parece não existir, surgindo apenas o Secretariado da Educação. Além disso, notamos que o Secretário-Geral inclui sob a sua tutela a Secretaria e a Tesouraria, mas continua a coordenar os outros secretariados. O Secretariado Ecuménico da Juventude continua a existir, mesmo não tendo sido referido.

Em 1988 de acordo com as atas e outros documentos, surge um novo secretariado (figura 4), o Secretariado de Ajuda Inter-Eclesiástica, que se designava anteriormente como Subcomissão de Interajuda Eclesiástica. Neste momento deixamos de compreender quais são as subcomissões que continuam em vigor, sendo que a única que sabemos existir até ao momento é a Subcomissão da ECLOF.

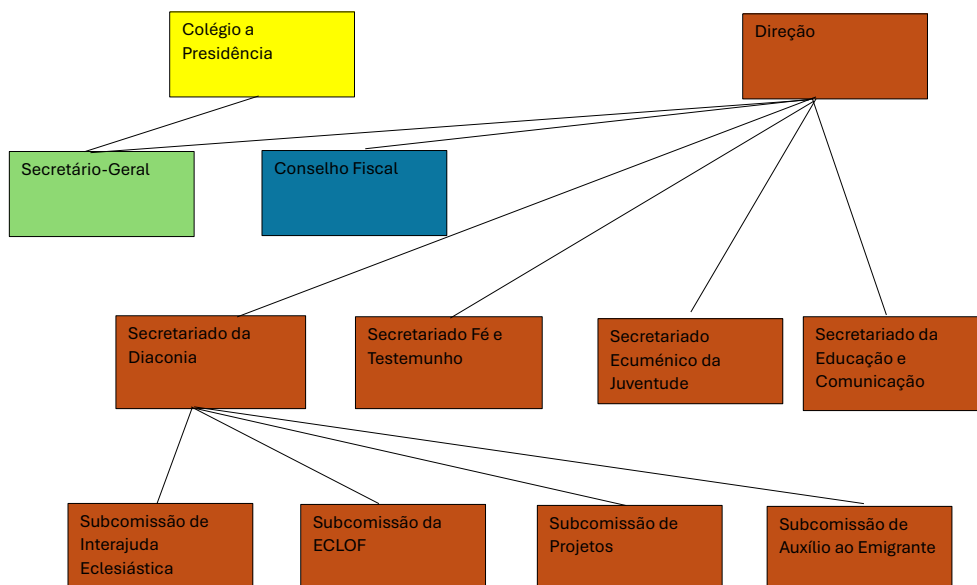


Figura 4: Organograma de 1988

Em 1994, podemos observar a repartição de dois secretariados (figura 5). No organograma de 1984 não aparecia o Secretariado da Comunicação, mas unicamente o Secretariado da Educação. Neste período poderemos observar a sua divisão, havendo assim dois secretariados diferentes.

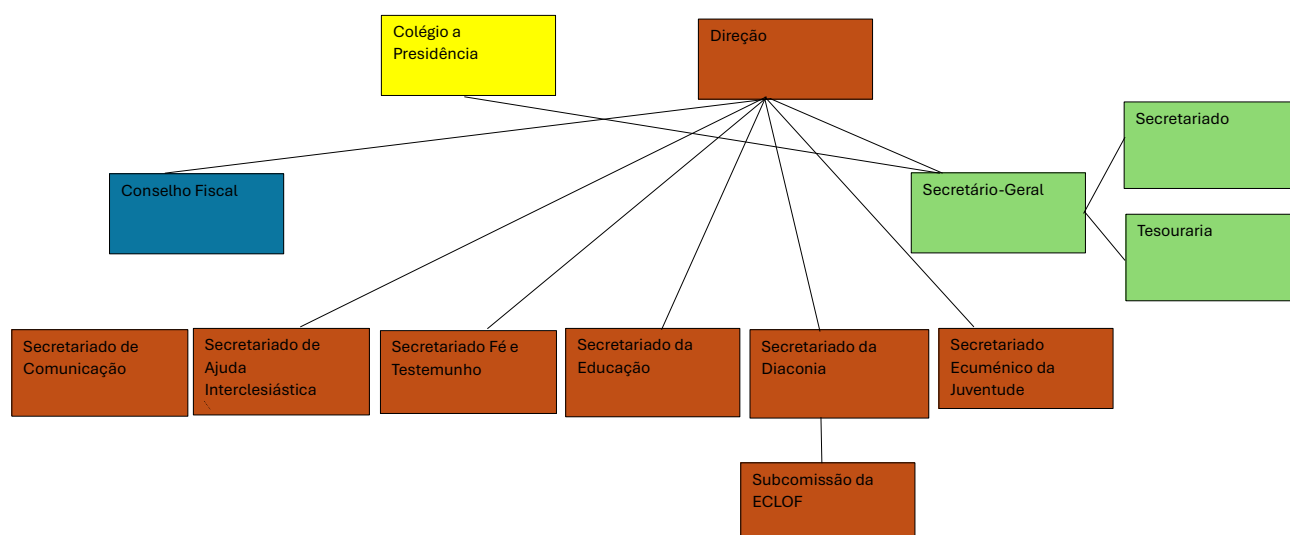


Figura 5: Organograma de 1994

Por último, no organograma de 2002 (figura 6), que foi realizado com base nos estatutos aprovados a 30 de outubro de 2002³⁵, os órgãos³⁶ do COPIC eram a Assembleia Geral, a Direção e um Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal só pode tomar decisões com a presença da maioria dos seus membros, porém a Assembleia-Geral, numa segunda convocação, pode decidir com os membros que estejam presentes. O Presidente da Direção e o do Conselho Fiscal, além do seu voto, têm direito a voto de desempate na reunião do respetivo órgão. Cada órgão tem as suas próprias atas das reuniões. Na Assembleia-Geral³⁷ as reuniões são dirigidas por uma Mesa que é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, que são eleitos por um mandato de três anos, reunindo-se uma vez por ano ou sempre que solicitado pela Direção, pelo Conselho Fiscal ou por parte dos membros da Assembleia Geral. Eles têm como funções eleger membros de outros órgãos, votar o Relatório de Atividades da Direção e do Conselho Fiscal, nomear comissões para tratar de assuntos específicos, entre outras. A Direção³⁸ é o órgão permanente do Conselho, sendo constituído por um Presidente, dois Vice-Presidentes, um Secretário e um Tesoureiro, com um mandato de três anos, sendo que as suas reuniões são convocadas pelo Presidente. Este tem a competência de assegurar o governo do conselho, executar as decisões da Assembleia-Geral, aprovar o Plano de Atividades e o Orçamento, depois do parecer do Conselho Fiscal, e apresentar o Relatório de Atividades e de Contas sobre o ano civil anterior à Assembleia Geral, entre outras competências. No artigo 10º³⁹ poderemos observar que o Presidente da Direção é o Presidente do COPIC e que lhe compete convocar e moderar as reuniões da Direção. Em caso da sua ausência, seria substituído por um dos Vice-Presidentes. Já no artigo 11º vemos que o Secretário⁴⁰ tem o dever de escrever as atas das reuniões da direção, enquanto ao Tesoureiro compete organizar toda a Contabilidade⁴¹ e apresentar aos

³⁵ Ver: <https://www.copic.pt/index.php/copic/estatutos> Acesso a 4 de abril de 2024

³⁶ Capítulo Três – Dos Órgãos do Conselho. Art. 7º

³⁷ Capítulo Três – Dos Órgãos do Conselho. Art. 8º

³⁸ Capítulo Três – Dos Órgãos do Conselho. Art. 9º

³⁹ Capítulo Três – Dos Órgãos do Conselho. Art. 10º

⁴⁰ Capítulo Três – Dos Órgãos do Conselho. Art. 11º

⁴¹ Capítulo Três – Dos Órgãos do Conselho. Art. 11º

órgãos as contas do COPIC. O Conselho Fiscal⁴² deve enviar à Assembleia-Geral o Relatório Anual de Contas do Conselho devidamente analisado e confirmada a sua veracidade, enquanto a Proposta de Orçamento e Plano de Atividades para o ano seguinte devem ser apresentadas à Direção. O Conselho Fiscal também pode solicitar reuniões da Assembleia Geral.

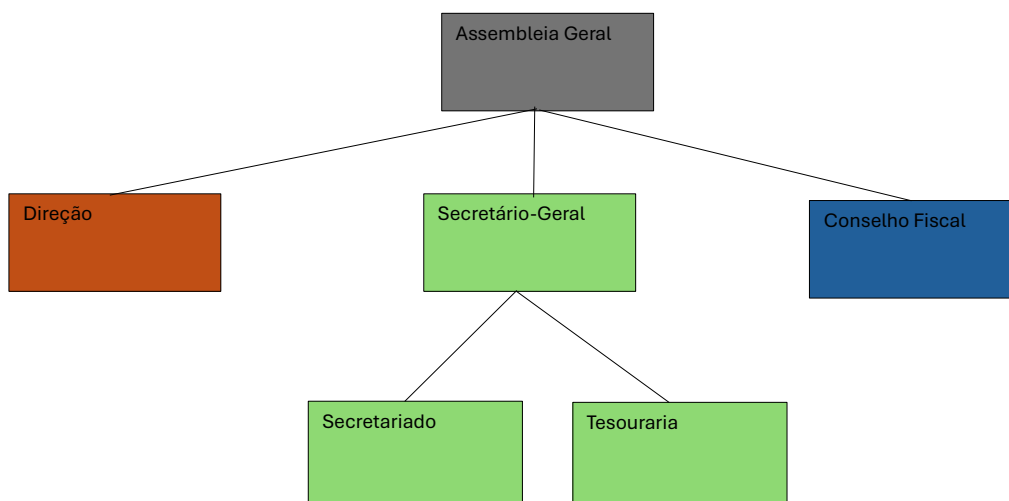


Figura 6: Organograma de 2002

⁴² Capítulo Três – Dos Órgãos do Conselho. Art, 14º

4. O Tratamento Arquivístico da documentação do Conselho Português de Igrejas Cristãs

4.1. A elaboração do recenseamento

O estágio teve o seu início no dia 8 de janeiro de 2024, tendo sido finalizado a 30 de maio de 2024. A documentação do Conselho Português de Igrejas Cristãs encontra-se concentrada numa sala, (com boas condições, apesar de haver alguns sinais de humidade) de um edifício localizado junto à igreja, o qual teve várias funções ao longo do tempo até receber esta documentação. Nesse mesmo local também é possível encontrar, como já antes referimos, outra documentação que pertence igualmente ao Arquivo Histórico da Igreja Lusitana. A documentação do COPIC estava inicialmente armazenada em três armários e sete caixas, mas à medida que íamos fazendo o recenseamento, os documentos que se encontravam nas caixas foram instalados em mais um armário, que passaremos a intitular de armário 4, bem como nas prateleiras vazias do armário 1. Durante o tempo do estágio também realizámos o recenseamento dos livros que pertenciam à biblioteca do COPIC. A documentação do COPIC e sua biblioteca deu uma totalidade de 1.468 registos, incluindo o recenseamento de materiais como cassetes de fita, estetoscópios e outros materiais.

Esta documentação sofreu várias mudanças de local, ao longo do tempo, o que pode ter ocasionado perdas de documentos. Foi movida de igreja para igreja sempre que era eleito um novo presidente. Quando ocorreu a mudança para o atual edifício, foi realizado um inventário que nos serviu de auxílio para a elaboração do recenseamento e ajudou compreender se a documentação chegou toda ou se houve algumas perdas ou desvios de documentação.

Para realizar o recenseamento usámos o software Excel, que permite uma pesquisa rápida, auxiliando a encontrar os documentos pretendidos. Na folha de registo, foram criados os seguintes campos: *Número* (atribuído sequencialmente aos documentos recenseados); *Título*, que pode ser o que está no documento ou foi atribuído e colocado dentro de parênteses retos; *Data de Início*, que é a primeira data do documento; *Data*

de Fim, que é a última data do documento; *Unidade de Instalação*, indicando se a documentação recenseada está num dossiê, numa capa, num maço; *Localização*, indicando o número atribuído a cada armário, do 1 ao 4; *Conteúdo*, referindo brevemente o assunto de cada documento; *Observações*, onde descrevemos o seu estado de conservação ou qualquer outro elemento relevante. Em Apêndice, apresenta-se uma parte do recenseamento para ilustrar o modo como foi realizado.

Grande parte da documentação encontra-se em bom estado, embora necessite de ser mais bem-acondicionada. O deficiente acondicionamento leva a que haja folhas dobradas, com marcas de ferrugem, amareladas ou com tons acastanhados.

Quanto ao conteúdo, é possível verificar que existia uma enorme rede de relações com outras instituições nacionais e internacionais, igrejas, incluindo a Igreja Católica ou até a Comunidade Hindu em Portugal.

Ao longo da análise da documentação começámos a notar que existiam, entre os documentos recenseados, alguns que pertenciam à empresa Carpintaria e Mobiladora Diáspora, e que se encontravam misturados com os do COPIC. Nas sete caixas, a maioria da documentação era da Tesouraria.

4.2. O Inventário

Na fase a seguir ao recenseamento prosseguimos para a criação de um inventário, procurando, antes de dar início à sua elaboração, compreender o funcionamento orgânico da instituição. Para isso analisámos as atas e outra documentação que tenha parecido relevante, assim como os estatutos oficiais publicados no *Diário da República* criando os organogramas apresentados no ponto 3.2, e depois prosseguimos para a criação de um quadro de contexto da produção documental (Apêndice) com vista a enquadrar a documentação (cada uma das séries e documentos avulso), usando como auxílio a legislação onde se descrevem os objetivos e competências de cada um dos órgãos. Na elaboração do inventário seguimos o disposto na Norma ISAD(G).

Após a criação do quadro pudemos então iniciar a descrição arquivística. A estrutura orgânica foi-se alterando ao longo dos anos com a criação e extinção de alguns órgãos, levando em conta também o facto de que alguns órgãos tiveram os seus nomes alterados. Por isso temos o Fundo do Conselho Português de Igrejas Cristãs (COPIC) e existem mais dois subfundos, o da Comissão Inter-Eclesiástica Portuguesa e o da Empresa Carpintaria e Mobiladora Diáspora. O COPIC compõe-se por cinco secções: Colégio da Presidência, Direção, Secretário-Geral, Conselho Fiscal e Assembleia Geral. Esta última é a que tem menos tempo de História, tendo sido uma criação de 2002 quando foram aprovados os últimos estatutos.

Dentro da Direção, mas sobre a coordenação do Secretário-Geral, temos os secretariados, como o Secretariado da Diaconia, o Secretariado Ecuménico da Juventude, o Secretariado da Fé e Testemunho, o Secretariado da Educação e Comunicação, que acaba por aparecer subdividido a partir dos anos 90, e o Secretariado de Ajuda Inter-Eclesiástica, existindo sete subsecções no total.

Alguns dos documentos pertenciam a subcomissões e através das atas, estatutos e outros documentos, compreendemos que estariam dentro do Secretariado da Diaconia onde podemos observar três subsecções: a Subcomissão da ECLOF, a Subcomissão de Interajuda Eclesiástica e a Comissão Pró-Formação do Secretariado da Juventude.

O Secretário-geral era o coordenador dos secretariados, mesmo que estivessem sob a tutela da Direção. Assim, com o Secretário-Geral temos duas subsecções: a Secretaria e a Tesouraria. Deve ter-se em atenção que o Congresso, apesar de ser referido, pode nunca ter se reunido ou, podendo ter havido reuniões, não há documentação relacionada com este órgão.

Existiram algumas dificuldades na execução do inventário, pois há documentação que não se percebe bem onde poderia estar inserida, porque tinha relações com outros órgãos internacionais. Além disso, existe documentação que se refere a outras igrejas e que, por isso, não foi inserida no inventário, pois claramente não pertence ao COPIC.

Considerações Finais

Este relatório traduz um percurso, quer do ponto de vista conceptual, quer do ponto de vista de uma prática. O objeto foi definido à medida que se referenciou a necessidade de tratar um núcleo documental, o fundo do Conselho Português de Igrejas (COPIC) Cristãs, que está, de momento, depositado na Escola de Torne, hoje, como no passado, com funções ligadas ao ensino, mas cujo historial a associa à Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica.

Com efeito, tivemos de proceder a uma investigação que nos introduzisse na criação desta Igreja, do processo de criação, do seu histórico, órgãos e funções. Por isso, estruturamos este trabalho em duas partes, uma parte de pesquisa contextual, procurando compreender o processo de fundação da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica, durante o século XX, mas remontando às suas raízes, já no século XIX. E de seguida, compreender quando e em que condições surgiu o COPIC. Se no primeiro caso a historiografia permitiu a identificação dos traços temporais e espaciais de localização e de implantação das confissões protestante e em particular da Igreja em estudo, já no caso do COPIC foi a própria documentação recenseada e inventariada que trouxe informação. Assim, se a segunda parte envolveu uma atividade mais prática, no âmbito do estágio curricular, que durou de janeiro a maio de 2024, na igreja de Torne, a verdade é que ele permitiu o acesso a informação que verteu a favor da contextualização orgânico-funcional daquele fundo.

O recenseamento de toda a documentação sobre o COPIC, incluindo quase toda a biblioteca, permitiu a definição dos organogramas e, por último, a realização de um inventário que têm como objetivo a articulação com o Arquivo Histórico da Igreja Lusitana. Note-se que, dada a investigação realizada, uma outra forma de arrumação neste site, passando o COPIC a ser considerado um fundo e não uma secção, como ali se encontra.

Mesmo que modestamente, procurou-se reforçar a importância de, num futuro, haver um estudo mais aprofundado de cada documento, pois como referido no capítulo anterior, alguma da documentação parecia estar “misturada”, ou seja, ela poderia

pertencer a mais que um órgão, mostrando assim as relações que existiam dentro do Conselho e, por isso, a existência de alguma dificuldade na criação do inventário. No entanto poderemos comprovar a existência de um fundo, o Conselho Português de Igrejas Cristãs, e de dois subfundos, a Comissão Inter-Eclesiástica Portuguesa e a Empresa Carpintaria e Mobiladora Diáspora, que não foram explorados devido ao limitado tempo disponível. Dentro do Conselho poderemos considerar as secções do Colégio da Presidência, da Direção, do Secretário-Geral, com as subsecções da Secretaria e da Tesouraria, do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral, sendo este último aquele que detém menos informação. Na Direção, existem as subsecções do Secretariado da Fé e Testemunho, o Secretariado da Comunicação e Educação, que depois passam a ser o Secretariado da Comunicação e o Secretariado da Educação, o Secretariado Ecuménico da Juventude, o Secretariado de Ajuda Inter-Eclesiástica e o Secretariado da Diaconia, sendo que ainda neste último encontramos as subsecções da Subcomissão da ECLOF, a Subcomissão de Interajuda Eclesiástica e a Comissão Pró-Formação do Secretariado da Juventude. Mesmo com a leitura das atas ainda ficou difícil perceber como se encaixava a informação localizada, havendo uma abertura para uma reformulação do inventário após a leitura integral da documentação.

Assim podemos concluir estar perante uma instituição com mais de 60 anos de história que se iniciou nos anos 50 com a criação da Comissão Inter-Eclesiástica Portuguesa pela ILCAE, IEMP e IEPP com o objetivo de se auxiliarem entre si, para depois, em 1971, fundarem o Conselho Português de Igrejas Cristãs e continuarem com o objetivo de reforçar de relações. Observa-se, efetivamente, as várias relações nacionais, com a Aliança Evangélica, o Exército da Salvação, entre outras instituições, e a nível internacional, como o Conselho Mundial de Igrejas, a ECLOF e a Conferência das Igrejas Europeias, relações mantidas até ao presente. Efetivamente, o Conselho ainda mantém as suas atividades e por isso o seu arquivo irá continuar a crescer.

Finalmente, procurou-se contribuir para o reforço da intenção da Igreja Lusitana em abrir o seu arquivo, para o disponibilizar a um público diversificado, um projeto próximo de ser realizado, muito para lá do estrito universo desta Igreja. Prova disso, é o facto de o Arquivo da Igreja Lusitana ter o seu próprio *site* e muita documentação

digitalizada, de fácil acesso, disponível em modo *web* mas que procura, igualmente, criar as condições para acomodar, fisicamente, a informação recolhida.

Referências Bibliográficas

AFONSO, José António; SILVA, António Manuel S. P. - Modernidade e minorias religiosas. Os arquivos da Igreja Lusitana (séculos XIX-XX). *Cadernos de História da Educação*. ISSN: 1982-7806. V. 18, nº 1 (2019) p. 238-265.

CIRNE, Teresa [et al.] - Cooperação arquivística entre o Município de Gaia e a Igreja Lusitana: um exemplo de partilha integrada de interesse público. In *Actas do 13º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. Lisboa: BAD, 2018.

CARDOSO, Manuel P. – *Por Vilas e Cidades: Notas para a história do Protestantismo em Portugal*. Lisboa: Seminário Evangélico de Teologia, 1998. ISBN 972-97255-2-7.

LAGES, Mário – Seita. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2313-2.

LEITE, Rita Mendonça – Protestantismo e Republicanismo: O Percurso de Eduardo Moreira, Protestante e Membro do Partido Republicano Português. *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 2007-2008, 91-119.

LEITE, Rita Mendonça – *Representações do Protestantismo na Sociedade Portuguesa Contemporânea: Da Exclusão à Liberdade de Culto (1852-1911)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2009. ISBN: 978-972-8361-28-0.

MOREIRA, Eduardo Henriques – *Esboço da História da Igreja Lusitana*. Vila Nova de Gaia: Sínodo da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica, 1949.

MOREIRA, Joaquim Manuel Mendes - Em busca da identidade: de uma igreja minoritária de finais de oitocentos: o caso da igreja lusitana, católica, apostólica, evangélica. *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, vol. 2. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2001, p.177-184

PEIXOTO, Fernando – *Diogo Cassels: uma vida em duas margens*. Porto: Universidade do Porto, 2001, 2 vol.

PEIXOTO, Fernando – *Diogo Cassels: 1844-1923*. Porto: Estratégias Criativas, 2018.

RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos– *Universidade do Porto. Estudo Orgânico-Funcional: Modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 2001. ISBN 972-8025-12-2.

SANTOS, Luís Aguiar - A primeira geração da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (1876-1902). *Lusitania Sacra*, 2ª Série, nº8-9, 1996-1997, 299-360.

SANTOS, Luís Aguiar – A Transformação do campo religioso português: A «Cissiparidade Fragmentária» da Minoria Protestante. In *História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, vol.3, p. 447-491. ISBN 972-42-2460-0.

SANTOS, Luís Aguiar – Protestantismo. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2313-2.

SILVA, António Manuel S. P. – *Igreja Lusitana: uma breve história*. Vila Nova de Gaia: Instituto Anglicano de Estudos Teológicos, Arquivo Histórico da Igreja Lusitana; Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica, Comunhão Anglicana, 2020. ISBN 978-989-5910-0-1.

SILVA, Armando Malheiro da [et al.] - *Arquivística - Teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1999. ISBN 972-36-0483-3.

SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível*. *Cadernos BAD*, nº1, 2015 103-124.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais» á ciência da informação: Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. ISBN 972-36-0622-4

VIDAL, Alexandre Maria da Silva - *El Archivo de la Iglesia Lusitana de 1880 a 1980 (Comunión anglicana de Portugal)*. Madrid: Universidade Complutense de Madrid, 2023, 376 p. Tese de Doutoramento.

Legislação

Constituição de 1822, artigo 25º. [Acedido a 2024-10-06]. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/parlamento/documents/crp-1822.pdf>

Carta Constitucional de 1826, artigo 6º e artigo 145º, alínea 4. [Acedido a 2024-10-06]
Disponível em: <https://www.parlamento.pt/parlamento/documents/crp-1822.pdf>

Diário da República de 12 de novembro de 1976. [Acedido 2024-04-04] Disponível em: <https://www.copic.pt/files/EstatutosCOPIC.pdf>

Estatutos do Conselho Português de Igrejas Cristãs de 2002. [Acedido 2024-04-04]
Disponível em: <https://www.copic.pt/files/EstatutosCOPIC30102002.pdf>

Fontes – Arquivo Histórico da Igreja Lusitana

Conselho Português de Igrejas Cristãs – Livro de Actas do Conselho Português de Igrejas Cristãs – 1971 - 1977

Conselho Português de Igrejas Cristãs – Livro II de Actas do COPIC – 1978 - 1984

Conselho Português de Igrejas Cristãs – Livro III de Actas da Direção do COPIC – 1984 – 1988

Conselho Português de Igrejas Cristãs – Actas COPIC - 1985

Conselho Português de Igrejas Cristãs – Livro IV de Actas da Direção do COPIC – 1988 – 1994

Conselho Português de Igrejas Cristãs – Direção – Conselho Português de Igrejas Cristãs – 1989 - 2002

Conselho Português de Igrejas Cristãs – Actas do Conselho Português de Igrejas Cristãs (Colégio da Presidência) – 1971 – 1986

Conselho Português de Igrejas Cristãs – Livro de Actas do Colégio da Presidência do Conselho Português de Igrejas Cristãs II – 1987 – 1996

Conselho Português de Igrejas Cristãs – Colégio da Presidência – 1987 - 2002

Conselho Português de Igrejas Cristãs – Actas do COPIC V – 1994 – 1996

Conselho Português de Igrejas Cristãs – POR 1.3 COPIC 1997 a 2004 – 1997 – 2006

Conselho Português de Igrejas Cristãs – POR 1.2 COPIC Colégio da Presidência 1984 – 1996

Conselho Português de Igrejas Cristãs – COPIC – Assembleias Gerais – Documentação – 2003-2008

Comissão Inter-Eclesiástica Portuguesa – [Actas da Comissão Interclesiástica Portuguesa] – 1956-1971

Empresa de Carpintaria e Mobiladora Diáspora, Lda. – Actas – 1978 - 1988

Sites

Aliança Evangélica Portuguesa [Acedido a 20 de junho de 2024] Disponível: <https://aliancaevangelica.pt/site/>

Arquivo da Igreja Lusitana. [Acedido a 4 de fevereiro de 2024] Disponível: <https://arquivo.igreja-lusitana.org/index.php/>

Arquivo da Igreja Lusitana. Cassels, Andrew Boys. [Acedido a 18 de setembro de 2025] Disponível: <https://arquivo.igreja-lusitana.org/index.php/cassels-andrew-boys-1849-1931-presbitero>

Arquivo Histórico da Igreja Lusitana. Eduardo Moreira. [Acedido a 18 de setembro de 2025] Disponível: <https://arquivo.igreja-lusitana.org/index.php/8uoau>

Arquivo Sophia Mello Breyner. [Acedido a 26 de setembro de 2025]. Disponível: <https://arquivo.cm-gaia.pt/Result.aspx?id=285388&type=PCD>

Centro Ecuménico Reconciliação [Acedido a 20 de junho de 2024] Disponível: <https://igrejaprotestante.pt/historia-iepf/>

Conferência das Igrejas da Europa. [Acedido a 20 de junho de 2024] Disponível: <https://ceceurope.org/>

Conselho Mundial de Igrejas. [Acedido a 20 de junho de 2024] Disponível: <https://www.oikoumene.org/>

Conselho das Igrejas Protestantes dos Países Latinos da Europa. [Acedido a 20 de junho de 2024] Disponível <https://cepple.eu/>

ECLOF. [Acedido a 20 de junho de 2024] Disponível <https://www.eclof.org/>

Ecumenismo: Faleceu o bispo emérito da Igreja Metodista, Ireneu Cunha. [Acedido a 18 de setembro de 2025] Disponível <https://agencia.ecclesia.pt/portal/ecumenismo-faleceu-o-bispo-emerito-da-igreja-metodista-ireneu-cunha/> 10 mar 2025 (Ecclesia)

Exército da Salvação [Acedido a 20 de junho de 2024] Disponível: <https://www.exercitodesalvacao.pt/index.php/sobre-nos/quem-somos>

EYCE [Acedido a 20 de junho de 2024] Disponível: <https://www.eyce.org/>

José Jorge Tavares de Pina Cabral [Acedido a 18 de setembro de 2025] Disponível: https://en.wikipedia.org/wiki/Jorge_Pina_Cabral

Manuel Pedro Cardoso [Acedido a 18 de setembro de 2025] Disponível: <https://sphp.pt/manuel-pedro-cardoso/>

Programa “Caminhos” na RTP1 [Acedido a 24 de setembro de 2025] Disponível: <https://www.rtp.pt/play/p58/caminhos>

Apêndices

Apêndice 1

Tabela 1- Quadro de contexto da produção documental (exemplo)

Missão/Objetivos	Estrutura	Funções/Competências	Atividades	Documentos/Séries
- É um dos principais órgãos de liderança do COPIC, sendo constituído pelos membros de maior escalão da ILCAE, IEPP e IEMP. - Tem como função supervisionar os restantes órgãos.	Colégio da Presidência	“as funções estabelecidas nestes estatutos e seu regulamento interno, e, de um modo geral, a fixação das directrizes do Conselho e a sua supervisão, exprimindo o consenso das respectivas igrejas” – Artigo 2º “Quaisquer declarações públicas emitidas em nome do Conselho deverão ter aprovação unânime de todos os membros do colégio da presidência e do secretário-geral.” – Artigo 1º “Quaisquer publicações editadas pelo Conselho, para		Atas do Colégio da Presidência; Colégio da Presidência: [documentos vários]

		uso comum das igrejas associadas, deverão ter igualmente a aprovação unânime dos membros do colégio da presidência, do secretário-geral e dos respectivos autores.” – Artigo 2º		
--	--	---	--	--

Apêndice 2

Tabela 2 - Recenseamento do Fundo do COPIC (exemplo)

Nº	Título	Data de Início	Data de Fim	Unidade de Instalação	Localização	Conteúdo
1	Actas - Secretariado de Ajuda Interclesiástica	1988	1991	Livro	Armário 1	É um dossier que possui as actas nº 1 a 9 e as respetivas convocatórias.
2	Documentos de Caixa do Copic	1984		Livro	Armário 1	Expediente/Movimentos Financeiros/Diaconia.
3	Registo de Correspondência	1987	1993	Livro	Armário 1	Registo de envio e receção de correspondência.
4	Actas COPIC	1985		Dossier	Armário 1	Actas de reuniões das 60ª e 62ª Reuniões do COPIC, incluindo as agendas de trabalho e respetivas convocatórias.
5	Actas do COPIC - V	1994	1996	Livro	Armário 1	Quinto Livro de Actas nº108 (2ª parte, na sequência do Livro anterior) a 117.
6	Livro IV de Actas da Direcção do COPIC	1988	1994	Livro	Armário 1	Possui as actas de nº 81 a 108ª
7	Livro III De Actas da Direcção do COPIC	1984	1988	Livro	Armário 1	Terceiro livro de actas nº 56 a (2ª Parte, na sequência do Livro anterior) a 80
8	Livro II de Actas do COPIC	1978	1984	Livro	Armário 1	Segundo livro de actas nº 25 a 56. Há uma procuração.
9	Livro de Actas do Conselho Português de Igrejas Cristãs	1971	1977	Livro	Armário 1	Nº 1 a 24
10	KEK - I	1971	1977	Dossier	Armário 2	Documentos diverso, correspondência entre o secretário-geral do COPIC e o secretário-Geral do Conselho Europeu de Igrejas, cartas do secretário-geral do KEK para os membros, convites para encontros, programas para algumas conferências.
11	Direção - Conselho Português de Igrejas Cristãs	1989	2002	Dossier	Armário 2	Actas, reuniões, estatutos, publicações, convocatórias
12	Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (ILCAE)	1976	2002	Dossier	Armário 2	Tesouraria, envio de cheques, convites, cartas, estatutos, documentos diversos, correspondência entre o COPIC e o ILCAE, departamento da juventude
13	Igreja Evangélica Metodista Portuguesa (IEMP)	1975	2002	Dossier	Armário 2	Correspondência diversa, envio de cheques, documentos diversos, correspondência entre o COPIC e o IEMP
14	Exército de Salvação	1972	2002	Dossier	Armário 2	Correspondência diversa, principalmene entre o COPIC e o Exército de Salvação, estatutos, programas,
15	WCC-Education and Renewal	1975	1990	Dossier	Armário 2	Bolsas, correspondência diversa, principalmene entre o Conselho Mundial de Igrejas e o COPIC, outros documentos
16	Centrais Sindicais UGT - CGTP-IN	1989	1998	Dossier	Armário 2	Convites, correspondência diversa, vários documentos
17	Relações com Igrejas e Conselhos de Igrejas dos Países Nórdicos	1990	1991	Dossier	Armário 2	Correspondência diversa, principlamente com o envio de correspondência para o secretário-geral e com a receção de cartas para ele, programas
18	Timor-Leste	1988	1998	Dossier	Armário 2	Correspondência enviada e recebida, resoluções e vários documentos
19	Country Programme 1979	1977	1979	Dossier	Armário 2	Correspondência entre o COPIC com o Conselho Mundial de Igrejas e o tesoureiro da Comissão de Interajuda Eclesiástica, projetos, programas, recibos
20	Colégio da Presidência	1987	2002	Dossier	Armário 2	Estatutos do COPIC, reuniões, actas, correspondência, outros documentos

Apêndice 3 - Inventário

Fundo - Conselho Português de Igrejas Cristãs

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC
Título	Conselho Português de Igrejas Cristãs
Data(s)	1971 – Atualidade
Nível de Descrição	Fundo
Dimensão e Suporta	A documentação está repartida em 4 armários
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Conselho Português de Igrejas Cristãs
História administrativa/biográfica	A Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica, a Igreja Evangélica Presbiteriana Portuguesa e a Igreja Evangélica Metodista Portuguesa fundaram, em 1956, a Comissão Inter-Eclesiástica Portuguesa. Tendo sido uma experiência bastante positiva, esta comissão foi extinta a 26 de março de 1971. Logo a 10 de junho de 1971, estas três igrejas fundaram o Conselho Português de Igrejas Cristãs com o intuito de manterem relações estreitas entre si e com outras organizações como o Conselho Mundial de Igrejas e a Conferência das Igrejas Europeias.
História custodial e arquivística	O Conselho Português de Igrejas Cristãs começou por ter a sua sede em Coimbra, na igreja Lar Emáus. A documentação parece ter andado juntamente com o presidente do Conselho, mas neste momento encontra-se na Igreja de Torne, em Vila Nova de Gaia.
Fonte imediata de aquisição ou transferência	
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Este fundo contém a documentação relacionada com o COPIC e que foi produzida desde a sua fundação, contudo alguma desta documentação pertenceu a Comissão Inter-Eclesiástica

	Portuguesa (CIP) e outra parte pertence a Empresa de Carpintaria e Mobiladora Diáspora.
Avaliação, seleção e eliminação	
Ingresso(s) adicional(ais)	
Sistema de organização	Orgânico-funcional
Zona das Condições de Acesso e de Utilização	
Condições de acesso	Mediante autorização da ILCAE
Condições de reprodução	Mediante autorização da ILCAE
Idioma/Escrita	Português; Inglês; Francês; Alemão
Características físicas e requisitos técnicos	Alguma documentação encontra-se em bom estado, principalmente a que se encontra acondicionada em alguns dos dossiês. Porém aquela que se encontra em capas e outros dossiês, encontram-se dobradas e quase tudo tem itens metálicos.
Instrumentos de descrição	
Zona da Documentação Associada	
Existência e localização de originais	Arquivo Histórico da Igreja Lusitana
Existência e localização de cópias	Arquivo Histórico da Igreja Lusitana
Unidades de descrição relacionadas	
Nota de Publicação	
Zona de Notas	
Notas	
Zona de Controlo da Descrição	
Nota do(s) arquivista(s)	Descrição arquivística realizada por: Ilda Folgado
Regras ou convenções	Para a realização desta descrição foi usada a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, ISAD(G)
Data(s) da(s) descrição(ões)	2024

Secção A – Colégio da Presidência

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC A-CP/
Título	Colégio da Presidência
Data(s)	1971 – 2006
Nível de Descrição	Secção
Dimensão e Suporta	3 dossiês e 2 livros
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Colégio da Presidência

História administrativa/biográfica	O Colégio da Presidência constituído pelos três cargos máximos de cada igreja fundadora, ou seja, pelo Bispo da ILCAE, pelo Presidente da IEMP e pelo Superintendente e agora Bispo da IEPP. Este é o órgão mais alto do COPIC.
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Os dois livros contêm as atas das reuniões do Colégio da Presidência e o dossier contém documentos diversos e relacionados com este órgão.

Série 01 – Atas do Colégio da Presidência

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC A-CP/SR01
Título	Atas do Colégio da Presidência
Data(s)	1971 – 1996
Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	2 livros
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Colégio da Presidência
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Os livros contêm as atas das reuniões do Colégio da Presidência, que era constituído pelos três cargos máximos de cada igreja fundadora, ou seja, pelo Bispo da ILCAE, pelo Presidente da IEMP e pelo Superintendente e agora Bispo da IEPP.

Série 02 – Colégio da Presidência: [documentos vários]

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC A-CP/SR02
Título	Colégio da Presidência: [documentos vários]
Data(s)	1987 – 2006
Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	3 dossiês
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Colégio da Presidência

Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Possui outros documentos relacionados com o Colégio da Presidência, como estatutos, algumas atas, correspondências e outros documentos variados.

Secção B - Direção

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC B-DIR
Título	Direção do Conselho Português de Igrejas Cristãs
Data(s)	1971 – 2004
Nível de Descrição	Secção
Dimensão e Suporta	15 livros, 35 dossiês, 35 folhetos, 1 cartão, 2 Arquivadores, 22 capilhas e 5 capas
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Direção
História administrativa/biográfica	A direção era um dos órgãos de maior importância dentro do Conselho Português de Igrejas Cristãs, estando a seu cargo o Secretariado da Diaconia, o Secretariado Ecuménico da Juventude, o Secretariado da Educação e Comunicação, o Secretariado Fé e Testemunho e o Secretariado de Ajuda Inter-Eclesiástica. Em 1994 o Secretariado da Educação e Comunicação deixou de existir e passou a ser o Secretariado da Educação e o Secretariado da Comunicação. Os secretariados são coordenados pelo Secretário-Geral.
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	É constituída por documentação produzida pela Direção, neste caso as atas e folhetos e também pelos secretariados.

Série 01 – Atas e Minutas

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC B-DIR /SR01
Título	Atas e Minutas
Data(s)	1971-2002 (produção)
Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	6 livros e 3 dossiês
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Direção
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Esta série é constituída por 8 atas, incluindo a ata de Fundação do COPIC de 10 de junho de 1971.

Série 02 – Estatutos

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC B-DIR/SR02
Título	Estatutos
Data(s)	[c.1980] – 2002
Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	35 Folhetos
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Direção
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Folhetos com os estatutos aprovados pela Direção do COPIC

DOC01 – Cartão de Identificação

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC B-DIR /DOC-01
Título	Cartão de Pessoa Coletiva e Fotocópia do Antigo Cartão de Pessoa Coletiva
Data(s)	1976 e 1990
Nível de Descrição	Documento
Dimensão e Suporta	Dois cartões
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Direção
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	São dois cartões de identificação de pessoa coletiva.

Subsecção A - Secretariado Fé e Testemunho

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC B-DIR/SUBSC A-SFT
Título	Secretariado Fé e Testemunho
Data(s)	1971 – 1984
Nível de Descrição	Subsecção
Dimensão e Suporta	3 Dossiês
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado Fé e Testemunho
História administrativa/biográfica	Este secretariado foi criado em 1971 e pertence à Direção, sendo coordenado pelo Secretário-Geral.
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Estes dossiês têm correspondência entre outras organizações a qual o COPIC pertence.
Zona de Notas	
Notas	Este secretariado continuou a existir depois de 1984, mesmo que só exista documentação até este período.

Série 01 – Correspondência e documentos vários

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC B-DIR/SUBSC A-SFT/SR01
Título	Secretariado Fé e Testemunho
Data(s)	1971 – 1984
Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	3 Dossiês
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado Fé e Testemunho
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Estes dossiês têm correspondência entre outras organizações a qual o COPIC pertence e documentação diversa.

Subsecção B – Secretariado da Educação e Comunicação

Zona de Identificação

Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC A-DIR/SUBSC B-SEC
Título	Secretariado da Educação e Comunicação
Data(s)	1971 – 1993(produção)
Nível de Descrição	Subsecção
Dimensão e Suporta	3 Dossiês, 2 Arquivadores e 4 Livros
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado da Educação e Comunicação
História administrativa/biográfica	Este secretariado foi criado em 1971 e pertence a Direção, sendo coordenado pelo secretário-geral.
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Estes dossiês têm documentação relacionada com a EYCE, que envolve questões de educação e correspondência e realização de programas de atividades.

Série 01 – Comissão para Ação Educativa nas Escolas Públicas

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC A-DIR/SUBSC B-SCE/SR01
Título	Comissão para Ação Educativa Nas Escolas Públicas
Data(s)	[c.1987] – [c.1998]
Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	1 Dossiê e 1 Arquivador
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado da Educação e Comunicação
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	São documentos sobre a COMACEP, tem programas para o 1º ciclo, exercícios e documentos sobre a Educação Moral Religiosa Evangélica.

DOC 01 – Secretariado da Educação I

Zona de Identificação

Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-A-DIR/SUBSC B-SEC/DOC-01
Título	Secretariado de Educação I
Data(s)	[c.1970] – 1978
Nível de Descrição	Documento
Dimensão e Suporta	1 Dossiê
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado da Educação e Comunicação
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Este documento tem correspondência e propostas de programas relacionados com a educação.

Documento 02 – "Educação" EYCE I

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-A-DIR/SUBSC B-SEC/DOC-02
Título	"Educação" EYCE I
Data(s)	[c.1972] -1977
Nível de Descrição	Documento
Dimensão e Suporta	1 Dossiê
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado da Educação e Comunicação
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Este documento tem informação sobre a <i>Ecumenical Youth Council in Europe</i> .

Documento 03 - Guia de Estudo: Para uma compreensão e uma visão comuns do Conselho Mundial de Igrejas

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/ SEC-A-DIR/SUBSC B-SEC/DOC-03
Título	Guia de Estudo: Para uma compreensão e uma visão comuns do Conselho Mundial de Igrejas.
Data(s)	1993
Nível de Descrição	Documento
Dimensão e Suporta	4 livros

Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado da Educação e Comunicação
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	É um guia para estudar e compreender o que é e como funciona o Conselho Mundial de Igrejas

Documento 04 – CERET – Comissão Evangélica para a Rádio e Televisão

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/ SEC-B-DIR/SUBSC B-SCE/DOC-04
Título	CERET – Comissão Evangélica para a Rádio e Televisão
Data(s)	1985-1991
Nível de Descrição	Documento
Dimensão e Suporta	1 Arquivador
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado da Educação e Comunicação
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Tem documentos sobre a participação do encontro “Evangelho e Televisão”, recortes de jornais sobre o protestantismo na televisão e correspondência.

Subsecção C – Secretariado da Educação

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-A-DIR/SUBSC C-SE
Título	Secretariado da Educação
Data(s)	[c.1971] - [c.1998]
Nível de Descrição	Subsecção
Dimensão e Suporta	
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado da Educação
História administrativa/biográfica	Em 1994 ocorre uma separação entre o Secretariado da Educação e

	Comunicação, passando a existir o Secretariado da Educação e o Secretariado da Comunicação.
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	
Zona de Notas	
Notas	Os documentos desta subsecção começaram a ser produzidas durante o Secretariado da Educação e Comunicação, passando posteriormente para este secretariado.

Subsecção D – Secretariado da Comunicação

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-B-DIR/SUBSC D-SC
Título	Secretariado da Comunicação
Data(s)	1996 – 2008
Nível de Descrição	Subsecção
Dimensão e Suporta	2 Dossiês
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado da Comunicação
História administrativa/biográfica	Em 1994 ocorreu uma separação entre o Secretariado da Educação e Comunicação, passando a existir o Secretariado da Educação e o Secretariado da Comunicação.
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Detém documentação sobre a Comissão do Tempo de Emissão das Confissões Religiosas, correspondências, fotocópias de emails, planos para a distribuição do Programa “Fé dos Homens”, faturas e documentos vários.
Zona de Notas	
Notas	

Série 01 – Comissão Tempo de Emissão das Confissões Religiosas

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-B-DIR/SUBSC D-SC/SR01

Título	Comissão Tempo de Emissão das Confissões Religiosas
Data(s)	1996 – 2008
Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	2 Dossiês
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado da Comunicação
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Tem atas das reuniões, correspondência, fotocópia de emails, plano para a distribuição do programa “Fé dos Homens”, correspondência sobre o envio de cheques e documentos variáveis.
Zona de Notas	
Notas	

Subsecção E – Secretariado Ecuménico da Juventude

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-A-DIR/SUBSC E-SEJ
Título	Secretariado Ecuménico da Juventude
Data(s)	1981 – 2001
Nível de Descrição	Subsecção
Dimensão e Suporta	1 Dossiê, 1 Capilha e 2 capas
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado Ecuménico da Juventude
História administrativa/biográfica	O Secretariado Ecuménico da Juventude teve o início das suas funções em 1980.
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Tem documentação sobre encontros, convocatórias, circulares, formulários, correspondência sobre reuniões, atas, proposta de estatutos, documentos sobre o EYCE, informações sobre uma visita de estudo a R.D.A a convite do Oekumenischer Jugenddiest - E.K.D.
Zona de Notas	
Notas	O Secretariado Ecuménico da Juventude começou as suas funções em 1980, mas é possível que após a sua criação se tenha juntado documentação da Comissão Pró-Formação.

Série 01 – EYCE

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-B-DIR/SUBSC E-SEJ/SR01
Título	EYCE
Data(s)	1981 – 2001
Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	1 Dossiê e 1 capa
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado Ecuménico da Juventude
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Circulares, encontros, formulários, convocatórias, correspondência, documentos relacionados com o EYCE, atas e documentos diversos.

Série 02 – Secretariado Ecuménico da Juventude

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-B-DIR/SUBSC E-SEJ/SR02
Título	Secretariado Ecuménico da Juventude
Data(s)	[C.1979] – 1983
Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	1 capilha e 1 capa
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado Ecuménico da Juventude
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Reuniões do Secretariado Ecuménico da Juventude, visita de estudo a R.D.A a convite do <i>Oekumenischer Jugenddiest - E.K.D.</i> , documentos diversos.

DOC 01 - "Convocação de um Engis"

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-B-DIR/ SUBSC E-SEJ /DOC-01
Título	"Convocação de um Engis"

Data(s)	1993
Nível de Descrição	Documento
Dimensão e Suporta	1 Capa
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado Ecuménico da Juventude
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Proposta de estatutos do Conselho Ecuménico da Juventude, pedido pelo nome da Juventude para a realização de uma conferência.

Subsecção F – Secretariado de Ajuda Inter-Eclesiástica

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-A-DIR/SUBSC F-SAI
Título	Secretariado de Ajuda Inter-Eclesiástica
Data(s)	1987-2003
Nível de Descrição	Subsecção
Dimensão e Suporta	13 Dossiês, 1 Envelope, 1 Livro
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado de Ajuda Inter-Eclesiástica
História administrativa/biográfica	Em 1988 foi criada o Secretariado de Ajuda Inter-Eclesiástica, dando a extinção da Subcomissão de Interajuda Eclesiástica que pertencia ao Secretariado da Diaconia
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Tem documentos das atas das reuniões, correspondência, informações sobre a Mesa-Redonda, projetos, contabilidade, fotografias, documentos sobre o Country Programme, fichas de contabilidade, contas de 2001 e mapa de exercício de 1997.

SR01 – S.A.I.

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-A-DIR/SUSC F-SAI/SR01
Título	S.A. I.
Data(s)	1988-1996

Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	1 Livro e 7 Dossiês
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado de Ajuda Inter-Eclesiástica
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Atas das reuniões, balanço de contas e contabilidade.

SR02 – Mesa Redonda

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-A-DIR/SUBSC F-SAI/SR02
Título	Mesa Redonda
Data(s)	1994 – 2001
Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	6 dossiês
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado de Ajuda Inter-Eclesiástica
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Relatórios sobre a Mesa Redonda e contabilidade.

DOC 01 - Fotografias

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-A-DIR/SUBSC F-SAI/DOC-01
Título	Fotografias
Data(s)	1983-1999
Nível de Descrição	Documento
Dimensão e Suporta	1 Envelope
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado de Ajuda Inter-Eclesiástica
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Fotografias da escola de Torne, da Igreja lusitana e de um encontro do Country Programme.

Subsecção G – Secretariado da Diaconia

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-A-DIR/SUBSC G-SD
Título	Secretariado da Diaconia
Data(s)	1977 – 2002
Nível de Descrição	Subsecção
Dimensão e Suporta	23 Dossiês, 3 Capas, 21 Capilhas, 4 Livros
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado da Diaconia
História administrativa/biográfica	O Secretariado da Diaconia é um dos mais antigos e que foi fundado desde 1971, ou seja, desde a criação do Conselho Português de Igrejas Cristãs. O secretariado é responsável pelas Subcomissões ou Comissões.
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Documentação sobre o programa de retornados, correspondência entre o COPIC e outras instituições religiosas, bolsas de estudo, informações sobre o Conselho Mundial de Igrejas, a Federação Europeia da Diaconia, a OIKOS, a Conferência de Igrejas Europeias, projetos sociais, documentação sobre a CICARWS, a Assembleia KEK e Centro de Apoio aos Migrantes na Europa (CEME).

Série 01 – Retornados

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-B-DIR/SUBSC G-SD/SR01
Título	Retornados
Data(s)	1975-1984
Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	1 dossiê, 3 livros e 4 capilhas
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado da Diaconia
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Documentação sobre o programa de retornados havendo correspondência entre o COPIC e outras instituições

	religiosas, apontamentos de empréstimos realizados aos retornados, recibos, cheques e correspondência sobre a receção de cheques.
--	---

Série 02 – Projetos Sociais

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-B - DIR/SUBSC G - SD/SR02
Título	Projetos Sociais
Data(s)	(c.1976) -1984
Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	1 Capa, 1 Livro, 3 Capilhas e 1 dossiê
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado da Diaconia
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Documentação sobre projetos sociais, correspondência sobre o Centro Social do Bem-Estar Infantil de Mourisca do Vouga, projetos habitacionais e recibos e documentação diversa.

Série 03 – Bolsas de Estudo

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-B - DIR/SUBSC G - SD/SR03
Título	Bolsas de Estudo
Data(s)	1978 – 1987
Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	2 Dossiês
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado da Diaconia
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Documentação relacionada com as Bolsas de Estudo e correspondência.
Zona de Notas	
Notas	Através da leitura das atas compreendemos que as Bolsas de Estudo eram tratadas pelo Secretariado da Diaconia.

Série 04 – Relações Internacionais

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-B - DIR/SUBSC G - SD/SR04
Título	Relações Internacionais
Data(s)	1973 – 2001
Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	10 dossiês
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretariado da Diaconia
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Correspondência e documentação diversa das relações internacionais e com o Conselho Mundial de Igrejas, a Federação Europeia da Diaconia, a OIKOS, a Conferência de Igrejas Europeias, a CICARWS e com o Centro de Apoio aos Migrantes na Europa (CEME).

Subsubsecção A – Subcomissão da ECLOF

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-A-DIR/SUBSC G-SD/SUBSUBSC A-SUBE
Título	Subcomissão da ECLOF
Data(s)	1972- 2002
Nível de Descrição	Subsubsecção
Dimensão e Suporta	2 Dossiês, 6 Capilhas e 2 Capas
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Subcomissão da ECLOF
História administrativa/biográfica	A Subcomissão da ECLOF não tem uma data explícita para a sua criação, pois ela é mencionada ao longo das atas das reuniões da direção, por isso é possível ter sido criada em 1971.
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Correspondência, cheques e documentos da ECLOF, correspondência da ECLOF para outras instituições, com

	os escuteiros, COPIC, a Igreja Evangélica Baptista das Antas
--	--

SR01 -ECLOF Contabilidade

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-A-DIR/ SUBSC G-SD/SUBSUBSC A-SUBE/SR01
Título	ECLOF – Contabilidade
Data(s)	1983-2002
Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	2 dossiês e 4 capilhas
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Subcomissão da ECLOF
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Relatório de Contas da ECLOF - Portugal, convocatória, contabilidade relacionada com a ECLOF, documentos de cheques, da tesouraria, movimentos bancários, despesas, depósitos.

SR02 -ECLOF Correspondência

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-A-DIR/ SUBSC G-SD/SUBSUBSC A-SUBE/SR02
Título	ECLOF – Correspondência
Data(s)	1985 -1997
Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	1 capa, 2 capilha
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Subcomissão ECLOF
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Correspondência entre o COPIC e a ECLOF-Portugal sobre reuniões e depósitos, documentos diverso
Zona de Notas	
Notas	

DOC01 - Pedido nº 11 "ECLOF" - Igreja Evangélica Baptista das Antas

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-A-DIR/SUB-H-SD/SUBSUB – A-SUBE/ DOC-01
Título	Pedido nº 11 "ECLOF" - Igreja Evangélica Baptista das Antas
Data(s)	1972-1973
Nível de Descrição	Documento
Dimensão e Suporta	1 capa
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Subcomissão ECLOF
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Correspondência entre o COPIC, a Igreja Evangélica Baptista das Antas e a Subcomissão ECLOF e informações sobre empréstimos.
Zona de Notas	
Notas	

Subsubsecção B – Subcomissão de Interajuda Eclesiástica

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-A-DIR/SUB-H-SD/SUBSUB B-SUBAIE
Título	Subcomissão de Interajuda Eclesiástica
Data(s)	1977 – 1986
Nível de Descrição	Subsecção
Dimensão e Suporta	8 Capilhas e 2 Dossiês
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Subcomissão de Interajuda Eclesiástica
História administrativa/biográfica	A Subcomissão de Interajuda Eclesiástica existe possivelmente desde a Comissão Inter-Eclesiástica Portuguesa. Em 1971 com a criação do COPIC, a Subcomissão continuou a existir.
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Correspondência entre o COPIC com o Conselho Mundial de Igrejas e o tesoureiro da Comissão de Interajuda Eclesiástica, informações sobre projetos, programas, correspondência sobre a receção de recibos e cheques, documentos do Country Programme de

	1985, da Comissão "Inter-Church Aid" Portuguesa, da Subcomissão de Interajuda Eclesiástica, fichas de contabilidade e tesouraria.
Zona de Notas	
Notas	

SR01 – Subcomissão de Interajuda Eclesiástica

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-A-DIR/ SUB-H-SD/SUBSUB B-SUBAIE/SR01
Título	Subcomissão de Interajuda Eclesiástica
Data(s)	1970 – 1986
Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	7 Capilhas e 1 dossiê
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Subcomissão de Interajuda Eclesiástica
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Correspondência sobre a receção e envio de cheques, despesas, fichas de contabilidade, tesouraria, documentação sobre a Comissão "Inter-Church Aid", da Subcomissão de Interajuda, e do Exército da salvação, cheques.
Zona de Notas	
Notas	

SR02 - Country Programme

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-A-DIR/ SUB-H-SD/SUBSUB B-SUBAIE/SR02
Título	Country Programme
Data(s)	1977 – 1984
Nível de Descrição	Serie
Dimensão e Suporta	1 dossiê e 1 capilha
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Subcomissão de Interajuda Eclesiástica
História administrativa/biográfica	
Zona do Conteúdo e da Estrutura	

Âmbito e conteúdo	Correspondência entre o COPIC com o Conselho Mundial de Igrejas e o tesoureiro da Comissão de Interajuda Eclesiástica, projetos, programas, recibos, Country Programme for Portugal de 1984, plantas e contabilidade.
Zona de Notas	
Notas	

Subsubsecção C – Comissão Pró-Formação do Secretariado da Juventude

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-A-DIR/SUB-H-SD/SUBSUB C-CPFSJ
Título	Comissão Pró-Formação do Secretariado da Juventude
Data(s)	1978 – 1991
Nível de Descrição	Subsecção
Dimensão e Suporta	7 dossiês
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Comissão Pró-Formação do Secretariado da Juventude
História administrativa/biográfica	Esta Comissão foi criada em 1978 com o objetivo de criar um secretariado da juventude.
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Rascunhos de reuniões, plano de atividades para 82/83, receitas, correspondência para o estrangeiro, lista de participantes, comunicados, documentação relacionada com a XI Assembleia Geral do Conselho Ecuménico de Igrejas e menciona a X Assembleia, atas de reuniões do Secretariado Ecuménico da Juventude correspondência recebida, revista ecuménica
Zona de Notas	
Notas	Alguma desta documentação deve ter sido inserida no Secretariado Ecuménico a Juventude em 1980, no entanto

	alguma da documentação começou a ser produzida em 1978.
--	---

SR01 – Documentação Diversa

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-A-DIR/ SUB-H-SD/SUBSUB C-CPFSJ/SR01
Título	Comissão Pró-Formação do Secretariado da Juventude
Data(s)	1978 – 1991
Nível de Descrição	Subsecção
Dimensão e Suporta	5 dossiês
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Comissão Pró-Formação do Secretariado da Juventude
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Rascunhos de reuniões, plano de atividades para 82/83, receitas, correspondência para o estrangeiro, lista de participantes, comunicados, documentação relacionada com a XI Assembleia Geral do Conselho Ecuménico de Igrejas e menciona a X Assembleia, atas de reuniões do Secretariado Ecuménico da Juventude correspondência recebida.
Zona de Notas	
Notas	

DOC 01 - Revista Ecuménica da Juventude "Tempo de ser"

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-A-DIR/ SUB-H-SD/SUBSUB C-CPFSJ/DOC-01
Título	Revista Ecuménica da Juventude "Tempo de ser"
Data(s)	1979 – 1984
Nível de Descrição	Documento
Dimensão e Suporta	1 dossiê

Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Comissão Pró-Formação do Secretariado da Juventude
História administrativa/biográfica	
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Revista de março de 1984, estatutos da revista, ata da primeira reunião, correio enviado e recebido.
Zona de Notas	
Notas	

DOC 02 - Actas de Enjis

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC-A-DIR/ SUB-H-SD/SUBSUB C-CPFSJ/DOC-02
Título	Actas de Enjis
Data(s)	1979 – 1984
Nível de Descrição	Documento
Dimensão e Suporta	1 dossiê
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Comissão Pró-Formação do Secretariado da Juventude
História administrativa/biográfica	
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Programa do VI ENJIS, documentos sobre outros encontros nacionais de jovens das igrejas sinodais.
Zona de Notas	
Notas	

Secção C – Secretário-Geral

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SEC C-SG
Título	Secretário-Geral
Data(s)	1971 – 2002
Nível de Descrição	Secção
Dimensão e Suporta	64 dossiês, 4 livros, 5 Capas e 12 Arquivadores, 4 Bilhetes de comboio, 2 Recibos de Aluguer, 2 Livros de Cheques

Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretário-Geral
História administrativa/biográfica	O Secretário-Geral era responsável pela secretaria e tesouraria, para além de ser o coordenador dos secretariados, como também que fazia as ligações entre a Direção, o Colégio da Presidência e o Conselho Fiscal.
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Tem documentação entre instituições nacionais, internacionais, contabilidade e tesouraria.
Zona de Notas	
Notas	

Subsecção A – Secretaria

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC C-SG/SUBSC A-SECR
Título	Secretaria
Data(s)	1971 – 2002
Nível de Descrição	Subsecção
Dimensão e Suporta	2 livro, 28 Dossiês, 3 Capas e 1 Arquivador
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretário-Geral
História administrativa/biográfica	O Secretário-Geral era responsável pela secretaria.
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Registo de envio e receção de correspondência, correspondência e documentos diversos entre a ILCAE, IEMP, IEPP, a Sociedade Bíblica, a Casa Locarno, com o Centro Ecuménico de Reconciliação e o Exército a Salvação, documentos sobre o Conselho de Igrejas, CCPC - Conselho Para a Paz e Cooperação e CPC - Conferência Cristão para a Paz Amnistia Internacional e com o Seminário Evangélico Teológico.
Zona de Notas	
Notas	

SR01 – Registo de Correspondência

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC C-SG/ SUBSC A-SECR/SR01
Título	Registo de Correspondência
Data(s)	1978 – 2002
Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	2 livros e 2 dossiês
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretário-Geral
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Registo de envio e receção de correspondência.
Zona de Notas	
Notas	

SR02 – Relações Nacionais

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC C-SG/ SUBSC A-SECR/SR02
Título	Relações Nacionais
Data(s)	1972 – 2002
Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	9 dossiês
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretário-Geral
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Correspondência e documentos diversos entre a ILCAE, IEMP, IEPP, a Sociedade Bíblica, a Casa Locarno, com o Centro Ecuménico de Reconciliação e o Exército a Salvação e com o Seminário Evangélico Teológico.
Zona de Notas	
Notas	

SR03 – Relações Internacionais

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC C-SG/SUBSC A-SECR/SR03
Título	Relações Internacionais
Data(s)	1971 – 2002
Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	16 dossiês, 3 capas
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretário-Geral
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Correspondência e documentos diversos entre o Conselho Mundial de Igrejas, as Igrejas Nórdicas, a Conferência das Igrejas Protestantes dos Países Latinos da Europa (CEPPLE), com Timor-Leste, Entraide Protestante Suisse (EPER), European Contact Group, Aktion Evangeliches Partnerhelf, Igrejas em França, Wilde Gazeen, Igrejas Ortodoxas e National Councils of Churches, EECOD - European Ecumenical Organization for Development, Conferência das Igrejas Europeias (KEK) e documentos sobre o CCPC - Conselho Para a Paz e Cooperação e CPC - Conferência Cristã para a Paz Amnistia Internacional
Zona de Notas	
Notas	

DOC 01– Núcleo - Centro de Publicação Cristã

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC-C-SG/SUBSC A-SECR/DOC-01
Título	Núcleo - Centro de Publicação Cristã
Data(s)	1974 – 1991
Nível de Descrição	Documento
Dimensão e Suporta	1 Dossiê
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretário-Geral
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Correspondência, orçamentos, folhetos, faturas, documentos diversos.

Zona de Notas	
Notas	

DOC 02– [COPIC]

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC C-SG/SUBSC A-SECR/DOC-02
Título	[COPIC]
Data(s)	[c.1996-c.1997]
Nível de Descrição	Documento
Dimensão e Suporta	1 Arquivador
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretário-Geral
História administrativa/biográfica	
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Documentos diversos sobre a COPIC.
Zona de Notas	
Notas	

Subsecção B – Tesouraria

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC C-SG/SUBSC B-TES
Título	Tesouraria
Data(s)	1971 – 2010
Nível de Descrição	Subecção
Dimensão e Suporta	34 dossiês, 2 livros, 5 capilhas, 11 arquivadores, 2 capas, 2 livros de cheques, 4 bilhetes de comboio, e 2 recibos de aluguer
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretário-Geral
História administrativa/biográfica	
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Documentos sobre o expediente, movimentos, Centro Regional de Segurança Social, correspondência, minutas, circulares da Ecumenical Development Cooperative Society,

	contas do Conselho Português de Igrejas Cristãs de 1971 e 1978, recibos do programa social, projetos sociais, correspondência sobre a receção de cheque, recibos e cheques, pagamentos, despesas e saldos, informações sobre o lar de estudantes, análises de receitas de 1977, orçamentos de 1978 e orçamento proposto para 1979, fichas de contabilidade, extrato bancários, contas, talões de compra, folhas mensais, receitas e despesas.
Zona de Notas	
Notas	

SR01 – Contabilidade

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC C-SG/SUBSC B--TES/SR01
Título	Contabilidade
Data(s)	1971 – 2010
Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	2 livros, 1 capa, 33 dossiês, 2 capilhas e 11 arquivadores
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretário-Geral
História administrativa/biográfica	
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Correspondência sobre a receção de cheque, recibos e cheques, pagamentos, despesas e saldos, fichas de contabilidade, extrato bancários, contas, talões de compra, folhas mensais, receitas e despesas.
Zona de Notas	
Notas	

SR02 – Cheques, Bilhetes e Recibos

Zona de Identificação

Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC C-SG/SUBSC C-TES/SR02
Título	Cheques, Bilhetes e Recibos
Data(s)	[c.1974] – 2001
Nível de Descrição	Série
Dimensão e Suporta	2 livros de cheques, 4 bilhetes de comboio, e 2 recibos de aluguer
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretário-Geral
História administrativa/biográfica	
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	É um livro de cheques do Banco da Agricultura, um livro de cheques do Banco Totta e Açores, tem 4 bilhetes de comboio e dois recibos de rendas.
Zona de Notas	
Notas	

DOC 01 – [COPIC] – Centro Regional de Segurança Social

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC C-SG/SUBSC B-TES/DOC-01
Título	COPIC] – Centro Regional de Segurança Social
Data(s)	1988 – 1990
Nível de Descrição	Documento
Dimensão e Suporta	1 Dossiê
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretário-Geral
História administrativa/biográfica	
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Contas, documentação relacionada com a segurança social e emprego.
Zona de Notas	
Notas	

DOC 02 – EMAÚS – Lar de Estudantes

Zona de Identificação

Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC C-SG/SUBSC B-TES/DOC-02
Título	EMAÚS – Lar de Estudantes
Data(s)	1987 – 1990
Nível de Descrição	Documento
Dimensão e Suporta	1 Dossiê
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretário-Geral
História administrativa/biográfica	
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Correspondência sobre envio de cheques e orçamentos
Avaliação, seleção e eliminação	
Zona de Notas	
Notas	

DOC 03 – Finanças EYCE Circulares

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC C-SG/SUBSC B-TES/DOC-03
Título	Finanças EYCE Circulares
Data(s)	1977 – 1982
Nível de Descrição	Documento
Dimensão e Suporta	1 Capa
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretário-Geral
História administrativa/biográfica	
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Correspondência, análises de receitas de 1977, orçamentos de 1978 e orçamento proposto para 1979, circulares e comunicados do Ecumenical Youth Council in Europe.
Zona de Notas	
Notas	

DOC 04 – [Contabilidade das ILCAE, IEPP, IEMP, do COPIC e projetos]

Zona de Identificação

Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC C-SG/SUBSC B-TES/DOC-04
Título	[Contabilidade das ILCAE, IEPP, IEMP, do COPIC e projetos]
Data(s)	1994 – 2006
Nível de Descrição	Documento
Dimensão e Suporta	1 Dossiê
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretário-Geral
História administrativa/biográfica	
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Contabilidade da Igreja Lusitana, Presbiteriana, Metodista, COPIC, Agência Portuguesa, projetos sociais, escolas, fundo social
Zona de Notas	
Notas	

DOC 05 – Fichas de Contabilidade antigas

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC C-SG/SUBSC B-TES/DOC-05
Título	Fichas de Contabilidade antigas
Data(s)	1978 – 1991
Nível de Descrição	Documento
Dimensão e Suporta	1 Capilha
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretário-Geral
História administrativa/biográfica	
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Fichas de contabilidade
Zona de Notas	
Notas	

DOC 06 – Bancos

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC C-SG/SUBSC B-TES/DOC-06
Título	Bancos

Data(s)	1978 -1980
Nível de Descrição	Documento
Dimensão e Suporta	1 Capilha
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretário-Geral
História administrativa/biográfica	
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Documentos sobre o que deve, o que tem e o saldo da União de Bancos Portugueses
Zona de Notas	
Notas	

DOC 07 – Contratos de Compra e Venda COPIC

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC C-SG/SUBSC B-TES/DOC-07
Título	Contratos de Compra e Venda COPIC
Data(s)	1977 – [c.1993]
Nível de Descrição	Documento
Dimensão e Suporta	1 Capilha
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Secretário-Geral
História administrativa/biográfica	
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Contratos de compra e venda, cheques, jornal o Boletim do Contribuinte
Zona de Notas	
Notas	

Secção D – Conselho Fiscal

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC D-CF
Título	Conselho Fiscal
Data(s)	1986 – 2010
Nível de Descrição	Secção
Dimensão e Suporta	2 Capilha, 7 dossiês
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Conselho Fiscal

História administrativa/biográfica	A direção era um dos órgãos de maior importância dentro do Conselho, estando abaixo do Colégio da Presidência quanto a hierarquia.
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Despesas, cheques, contas, depósitos, documentação de reflexão do Conselho Fiscal sobre as contas, donativos, amortizações, empréstimos, contabilidade, ata do exercício de 1985 do Conselho Fiscal, fundo social, fundo de doação e documentos do Conselho Fiscal, COPIC e ECLOF.
Zona de Notas	
Notas	

SR01 – Atas e Relatórios do Conselho Fiscal

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/ SC D-CF/SR01
Título	Atas e Relatórios do Conselho Fiscal
Data(s)	1986 – 2010
Nível de Descrição	Secção
Dimensão e Suporta	2 Capilha, 7dossiês
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Conselho Fiscal
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Âmbito e conteúdo Despesas, cheques, contas, depósitos, documentação de reflexão do Conselho Fiscal sobre as contas, donativos, amortizações, empréstimos, contabilidade, ata do exercício de 1985 do Conselho Fiscal, fundo social, fundo de doação e documentos do Conselho Fiscal, COPIC e ECLOF.

Secção E – Assembleia Geral

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC E-AG
Título	Assembleia-Geral

Data(s)	2003 – 2008
Nível de Descrição	Secção
Dimensão e Suporta	1 Dossiê
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Assembleia Geral
História administrativa/biográfica	A Assembleia-Geral começou possivelmente as suas funções a partir de 2002, ano em que foi publicado os novos estatutos do Conselho Português de Igrejas Cristãs.
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Documentação da Assembleia Geral Ordinária e relatórios.
Zona de Notas	
Notas	

DOC01 – COPIC - Assembleias Gerais - Documentação

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/SC E-AG/ DOC-01
Título	COPIC - Assembleias Gerais - Documentação
Data(s)	2003 – 2008
Nível de Descrição	Secção
Dimensão e Suporta	1 Dossiê
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Assembleia Geral
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Documentação da Assembleia Geral Ordinária e relatórios.
Zona de Notas	
Notas	

Subfundo - Comissão Inter-Eclesiástica Portuguesa

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/CIP
Título	Comissão Inter-Eclesiástica Portuguesa
Data(s)	1969-1971 (produção)
Nível de Descrição	Subfundo
Dimensão e Suporta	1 livro, 1 capilha, 2 capas
Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Comissão Inter-Eclesiástica Portuguesa
História administrativa/biográfica	A Comissão Inter-Eclesiástica Portuguesa foi fundada em 1956 pela Igreja Lusitana Católica Apostólica Portuguesa, a Igreja Evangélica Metodista Portuguesa e a Igreja Evangélica Presbiteriana Portuguesa. Esta comissão foi extinta em 1971, dando origem ao Conselho Português de Igrejas Cristãs.
História custodial e arquivística	
Fonte imediata de aquisição ou transferência	
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	É constituído por atas da comissão, documentos relacionados com o CIP e o Conselho Mundial de Igrejas e documentos diversos.
Avaliação, seleção e eliminação	
Ingresso(s) adicional(ais)	
Sistema de organização	Orgânico-Funcional

Subfundo – Empresa Carpintaria e Mobiladora Diáspora, Lda.

Zona de Identificação	
Código de Referência	PT/ILCAE/COPIC/ECMD
Título	Empresa Carpintaria e Mobiladora Diáspora, Lda.
Data(s)	1976-1989
Nível de Descrição	Subfundo
Dimensão e Suporta	19 Dossiês, 19 livros, 21 capilhas, 1 pasta, 1 maço, 2 envelopes e 1 capa

Zona de Contexto	
Nome do Produtor	Empresa Carpintaria e Mobiladora Diáspora, Lda.
História administrativa/biográfica	A Empresa Carpintaria e Mobiladora Diáspora, Lda. foi criada em 1978 pelo Conselho Português de Igrejas Cristãs com o objetivo de auxiliar os retornados dando-lhes empregos. No entanto esta mesma empresa não conseguiu ter lucros, acabando por ser extinta em 1989.
História custodial e arquivística	A documentação estava inicialmente na sua sede, mas atualmente encontra-se no edifício da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica
Fonte imediata de aquisição ou transferência	
Zona do Conteúdo e da Estrutura	
Âmbito e conteúdo	Este subfundo é composto pelas atas das reuniões da empresa, contabilidade relacionada com outras empresas e fornecedores.
Avaliação, seleção e eliminação	
Ingresso(s) adicional(ais)	
Sistema de organização	Orgânico-Funcional